

PERSONALIDADES NEGRAS



**CYNARA DE OLIVEIRA GERALDO
SALETE VALER**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Mestrado Profissional em Educação Profissional
e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)
Campus Florianópolis

PERSONALIDADES NEGRAS

VENDA PROIBIDA!



Autoras:

Cynara de Oliveira Geraldo
Salette Valer

Revisão:

Salette Valer

Projeto gráfico e diagramação:

Cynara de Oliveira Geraldo

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e
Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa
Catarina (IFSC) - *Campus* Florianópolis

PERSONALIDADES NEGRAS



Florianópolis, SC, 2022

FICHA TÉCNICA

Este livro, como produto educacional, é oriundo da pesquisa de mestrado sobre *Ações Pedagógicas com foco nas questões Étnico-Raciais (Lei nº 10.639/2003): Um estudo nos Cursos Integrados de Educação Profissional no Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Araquari*. Foi avaliado por docentes, técnicos administrativos, discentes, comunidade e validado pelos integrantes da banca de defesa no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Livro *Personalidades Negras*.

Produção e organização: Cynara de Oliveira Geraldo e Salete Valer.

Banca de validação do livro como parte da Dissertação de Mestrado: Prof. Clóves Alexandre de Castro, Dr.; Prof. Ilton Cesar Martins, Dr.; Prof.^a Sônia Regina Lamego Lino, Dr.^a; em 30 de agosto de 2022.

Catálogo na fonte pelo Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC Reitoria.

Personalidades Negras / Geraldo, Cynara de Oliveira; Valer, Salete - 1. ed. - Florianópolis, SC, 2022. *E-book*.

90 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-88663-57-8

1. Livro/Produto Educacional ProfEPT. 2. Gritos de Liberdade. 3. Ensino Médio Integrado. 4. Educação Profissional. I. Geraldo, Cynara de Oliveira; Valer, Salete, orient. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC.

RESUMO

A criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/2008 trouxe, em sua base, a proposta de uma formação humana integral para todos os estudantes. Nesse contexto educativo, este livro, *Personalidades Negras*, faz parte da pesquisa de estudo de caso, ao nível de Dissertação de Mestrado, *Ações Pedagógicas com foco nas questões Étnico-Raciais (Lei nº 10.639/2003): Um estudo nos Cursos Integrados de Educação Profissional no Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Araquari*, do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Os resultados da pesquisa indicaram que, embora haja muitos esforços e valorosos trabalhos referentes à educação para as relações étnico-raciais, conforme a Lei nº 10.639/2003, ainda há muito a ser realizado. Isso porque há poucas referências negras nos Projetos Pedagógicos dos cursos, além do fato de que nem todos os componentes curriculares trabalham essa temática. Outra fragilidade encontrada é a falta de formação dos servidores para trabalharem tais questões e seu desconhecimento do que preconiza a lei e seus documentos reguladores. Tomando esses resultados, este livro, na modalidade *e-book*, tem por objetivo apresentar a biografia de algumas personalidades negras, homens e mulheres, de diferentes profissões e épocas, e suas muitas contribuições em diferentes áreas sociais como: cultura, trabalho, economia, saúde, política, entre outras, reforçando os eixos ciência, tecnologia, trabalho e cultura (eixos da Educação Profissional e Tecnológica). Assim, em decorrência do objeto da pesquisa, a Lei nº 10.639/2003, que inclui no currículo a história e a cultura africana e afro-brasileira, espera-se que o conteúdo aqui apresentado inspire e sensibilize os profissionais da educação, os educandos e toda a comunidade, firmando-se como conteúdo necessário à ampliação dos saberes nas diversas áreas sociais. Ao se tratar da Educação Profissional, reforça-se a relevância de se pensar em projetos temáticos interdisciplinares, uma vez que a Lei nº 10.639/2003 está intrinsecamente relacionada à proposta para a formação integral, a fim de que todos os sujeitos estudantes tenham acesso a uma educação democrática e de qualidade, independentemente da sua origem socioeconômica, étnica e racial.

Palavras-chave: EPT. ProfEPT. Livro-Produto Educacional. Personalidades Negras. Lei nº 10.639/2003.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
NZINGA MBANDI NGOLA KILUANJI: A rainha do Ndongo e da Matamba	10
LUIZ GONZAGA PINTO DA GAMA: O Orfeu de carapinha	13
JOSÉ CARLOS DO PATROCÍNIO: O tigre da abolição	17
JOÃO DA CRUZ E SOUSA: O Cisne Negro emparedado	21
NILO PROCÓPIO PEÇANHA: Primeiro presidente negro do Brasil	25
JULIANO MOREIRA: Fundador da psiquiatria no Brasil	28
JOÃO CÂNDIDO FELISBERTO: O almirante negro	31
VICENTE FERREIRA PASTINHA: O guardião da capoeira de Angola	36
MARIA ESCOLÁSTICA DA CONCEIÇÃO NAZARÉ: Mãe Menininha	39
ANTONIETA DE BARROS: 1ª negra a assumir um mandato popular	42
CLEMENTINA DE JESUS DA SILVA: Quelé, a voz da África no Brasil	45
ABDIAS NASCIMENTO: O inflamado agitador	48
CAROLINA MARIA DE JESUS: A Shakespeare da cor	52
HENRIETTA LACKS: A mulher de células imortais	56
MILTON ALMEIDA DOS SANTOS: Por uma outra globalização	59
CARLOS DE ASSUMPÇÃO: O poeta invisível	63
LÉLIA GONZALEZ: A mulher fora do lugar	66
WANGARI MUTA MAATHAI: Uma cidadã exemplar	69
ANTÔNIO CARLOS BERNARDES GOMES (Mussum): Cacildis	72
MARIA DA CONCEIÇÃO EVARISTO DE BRITO: A mulher negra e suas escrituras	76
MILTON BARBOSA: Miltão do MNU	79
APARECIDA SUELI CARNEIRO: A luta em prol da mulher negra	82
LUIZA HELENA DE BAIRROS: Guerreira brasileira	85
FECHAMENTO	89

APRESENTAÇÃO

Olá, leitoras e leitores!

Este *e-book*, na modalidade escrita, *Personalidades Negras*, como produto educacional, foi desenvolvido a partir dos resultados da pesquisa de estudo de caso intitulada *Ações Pedagógicas com foco nas questões Étnico-Raciais (Lei nº 10.639/2003): Um estudo nos Cursos Integrados de Educação Profissional no Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Araquari*. A pesquisa foi realizada no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), nos anos de 2020-2021, cujo projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética sob o Parecer nº 4.106.494.

A pesquisa de estudo de caso teve por objetivo investigar as ações pedagógicas relacionadas à Lei nº 10.639/2003, que estão sendo desenvolvidas no IFC – *Campus Araquari*. Buscou-se, com a investigação, identificar as ações pedagógicas que traduzem o que está posto no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Os resultados da investigação demonstraram, de modo geral, que as ações realizadas na instituição ocorrem por iniciativas de alguns docentes, técnicos e estudantes do grêmio estudantil com interesse no tema, e, por isso, não se caracteriza como uma política institucional. Os resultados também apontam que os sujeitos gestores não receberam formação para trabalhar tais questões em suas trajetórias acadêmicas e nem dentro da instituição, e os estudantes ressaltam que são poucas as atividades desenvolvidas e pensadas nas questões sobre as diversidades.

Já os resultados das entrevistas com as comunidades quilombolas revelam que há pouca aproximação entre elas e a instituição de ensino, e, considerando sua estrutura e missão educativa de ensino-pesquisa-extensão, o IFC poderia trocar mais experiências com essas comunidades, fortalecendo e ampliando os saberes locais.

Em decorrência dos resultados, pensou-se na produção de um conteúdo com o intuito de contribuir para a disseminação do conhecimento sobre algumas personalidades negras que fazem parte da história do trabalho, da ciência e da cultura. Nesse sentido, este *e-book* destina-se ao público em geral e, de forma especial, aos estudantes e a todos os profissionais da educação, uma vez que traz uma minibiografia de algumas personalidades negras, homens

e mulheres, de variadas profissões e suas contribuições em diversas áreas sociais. Está organizado em ordem cronológica de nascimento (do mais antigo para o mais novo), e de nacionalidades diversas. As biografias aqui apresentadas possibilitam que educadores das variadas áreas possam trabalhar com seu conteúdo de forma disciplinar e/ou interdisciplinarmente, atendendo-se ao que está posto nas citadas legislações, entre as quais consta a Lei nº 10.639/2003, tanto no contexto educacional formal como no informal.

Em termos de embasamento teórico, apoia-se também na Lei nº 10.639/2003, que acrescentou na LDB/1996 o artigo 26-A, que inclui no currículo a História e a Cultura da África e dos Afro-Brasileiros, além de orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, DCNERER, 2004), e também o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, PIDCRER, 2013), assim como outros documentos relacionados à Lei nº 10.639/2003.

Essas legislações são o resultado das reivindicações do movimento negro ao longo da história, sendo que muitas das personalidades aqui apresentadas, por não possuírem características “padrão” e por lutarem ao lado dos oprimidos, foram relegadas ao esquecimento na história oficial.

Sua elaboração está também amparada nas bases conceituais que subjazem à proposta da Educação Profissional e Tecnológica com foco na formação humana integral, tomando como fundamentos o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. Isso subjaz ao preceito da politecnia, discutido nos estudos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), e ao conceito de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), apresentado no documento Políticas Públicas para a EPT (BRASIL, PPEPT, 2004), no Documento Base de 2007 (BRASIL, DB, 2007) e na Lei nº 11.741/2008 (BRASIL, 2008).

Por fim, espera-se com este conteúdo contribuir com a ampliação dos estudos sobre o referido tema, possibilitando a toda a comunidade nacional e internacional a expansão dos saberes acerca da história dos negros, sendo mais um caminho para o conhecimento, a consciência e o orgulho de sua identidade; a identificação da história do povo negro tanto na África como no Brasil, e a relevância de suas múltiplas contribuições para a constituição da sociedade brasileira.

Também há, neste produto educacional, a pretensão de devolver a voz aos ancestrais, cujas múltiplas contribuições foram apagadas da história do Brasil. Ao final, tem-se a

pretensão de honrar os nossos mais velhos, de honrar a ancestralidade... Eu sou, porque nós somos.



Trazemos, na capa, o mar que representa a travessia do Atlântico pelo povo africano e também o símbolo adinkra, Sankofa, criado pelo povo Akan de Gana. O símbolo Sankofa é um pássaro andando para a frente, com a cabeça voltada para trás, levando um ovo no bico. Sankofa pode ser traduzido por: “retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”. Dessa forma, estamos todos convidados a fazer a travessia reversa do Atlântico.

Boa leitura!

CAPÍTULO I

NZINGA MBANDI NGOLA KILUANJI: A rainha do Ndongo e da Matamba

Na África Central, no reino Ndongo (Dongo), atual Angola, no ano provável de 1582, nascia Nzinga Mbandi (Ginga Ambandi). Filha de Ngola Mbandi Kiluanji, rei de Ndongo, desde pequena Nzinga foi criada por seu pai, que fez questão de iniciá-la na arte do combate e no uso de armas.

Figura 1: Rainha Nzinga



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/21/Ann_Zingha.jpg

Ainda na infância, a menina aprendeu a língua e a cultura do colonizador português com os comerciantes e missionários que passavam pelo reino. Nessa época, o reino de Ndongo e os portugueses travaram muitas batalhas em defesa do território.

Em 1622, por ter esses atributos, é escolhida por seu irmão Ngola Mbandi (que, depois da morte de seu pai, torna-se rei) como embaixadora para negociar a paz junto ao governador português em São Paulo da Assunção de Loanda (Luanda). As vestimentas de Nzinga se compunham de penas coloridas e eram enfeitadas com muitas pedras preciosas, sendo acompanhada por uma grande comitiva de oficiais, donzelas e escravas.

Na sala onde o governador a recebeu, havia apenas uma cadeira em que ele estava sentado, e a atitude de Nzinga causou bastante espanto: o governador esperava que ela sentasse no chão, mas Nzinga pediu que uma das servas ficasse “de gatinhas”, como posição de cadeira, para que ela pudesse sentar e negociar de igual com o governador.

Na audiência, Nzinga deixa claro que o Reino do Ndongo aceita a amizade e a paz com os portugueses, mas que permanecerá soberano e não se submeterá aos mesmos. É oferecido a Nzinga o batismo cristão, que ela aceita, tendo como padrinho o governador João

Correia de Sousa. Ela recebeu o nome de Dona Ana de Sousa, sendo a primeira herdeira Ngola a aceitar o batismo cristão. Nzinga passou mais algumas semanas em Luanda, onde aconteceu a reunião em que conheceu como funcionava a administração portuguesa.

Entretanto, os portugueses não cumprem com sua parte do acordo e deixam o Ndongo em uma situação difícil. Com a morte do rei, Nzinga torna-se uma soberana excepcional com tática de guerra e espionagem, habilidades diplomáticas e comerciais, e com conhecimento de religião. Mas os portugueses não aceitam que ela possa herdar o trono, sendo uma mulher, e reconhecem como rei Ngola Are. Ele, porém, acaba não sendo de muita serventia para os portugueses, já que os sobas (governantes locais, dentro do reino) não o respeitam nem lhe dão apoio. Ele também temia a rainha Nzinga, que frequentemente bloqueava as rotas comerciais utilizadas pelos portugueses, somando ao seu reino os inúmeros escravizados que fugiam dos portugueses.

Entre os anos de 1648 e 1656, a vida da rainha Nzinga é marcada por reviravoltas, até a conquista de Matamba e o reconhecimento deste como um reino independente, além de um tratado de paz com os portugueses, após décadas de batalhas. Matamba torna-se um reino cristão, sendo reconhecido pelo Vaticano e, nos últimos anos da vida de Nzinga, passa a ser governado por sua irmã Kambu.

Nos dias atuais, Ndongo e Matamba fazem parte de Angola. Esses reinos eram conhecedores de metalurgia, agricultura e comércio. Luanda, sob o comando dos portugueses, era um grande centro de exportação de escravizados.

Nzinga morreu aos 81 anos. Em 1663, e a partir daí, os portugueses conseguem avançar sobre o território, intensificando o tráfico de escravizados. Muitos de seus guerreiros são levados para o Brasil e trazem consigo os aprendizados que tiveram com a rainha. Aqui Nzinga (Ginga) vive no gingado da dança-luta capoeira, no congado, no samba, no futebol, em letras de canções etc.

Em Angola, a rainha Nzinga é até hoje símbolo da resistência africana contra a colonização europeia, e foi inspiração para as mulheres do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Por força do exemplo da rainha, as mulheres angolanas têm participação ativa na sociedade, inclusive na polícia e no exército. Com a independência de Angola, em 1975, Nzinga foi homenageada com uma estátua em Luanda, a capital, símbolo de resistência e identidade.

“Quem ficar luta até vencer... Eu lutei e venci... Nós vencemos.” (Referência ao filme *Nzinga: Rainha de Angola*, 2013, 1h44min.)

“Mulher guerrilheira e mãe sofredora, pelos filhos do Ndongo e da Matamba. Mulher guerrilheira, com dor e luto pelo filho gerado do seu ventre. A luta pela independência e a certeza de vitória. Quem ficar luta até vencer. Foi tua sina até morrer.” (Referência à canção do filme *Nzinga: Rainha de Angola*, 2013, 1h45min.)

Bibliografia consultada

CANAL HISTÓRIA E TU. **Mulheres na História #61: Jinga de Angola, a rainha guerreira da África.** YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lqKgRfAQ98&list=PLMbqJJh4kpQ_fPEZ0KHjB_Q63oSfB-QcZ&index=25&ab_channel=CanalHist%C3%B3riaeTu. Acesso em: 26 jan. 2021.

FONSECA, Mariana Bracks. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola.** Século XVII. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14032013-094719/publico/2012_MarianaBracksFonseca.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.

LUAMBA CONSULTORIA. **A história da rainha Nzinga Mbandi como nunca lhe foi contada.** YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sRBl1qXOrTQ&ab_channel=LuambaConsultoria. Acesso em: 26 jan. 2021.

MARQUES, Lorena de Lima. **Nzinga Mbandi – A rainha guerreira. Palmares – Fundação Cultural**, Brasília, DF, 31 jan. 2019. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=53160>. Acesso em: 26 jan. 2021.

NZINGA: Rainha de Angola. Realização de Sérgio Graciano. Semba Comunicação, 2013. 1 DVD (110 min).

PANTOJA, Selma. Metodologias e mitos: o estudo de caso da rainha Nzinga Mbandi. **O ensino da história africana**, p. 315-328, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/14103/12426>. Acesso em: 26 jan. 2021.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Njinga a Mbande: Rainha do Ndongo e do Matamba.** UNESCO, 2014. (Série UNESCO Mulheres na história da África.) Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000230931/PDF/230931por.pdf.multi>. Acesso em: 26 jan. 2021.

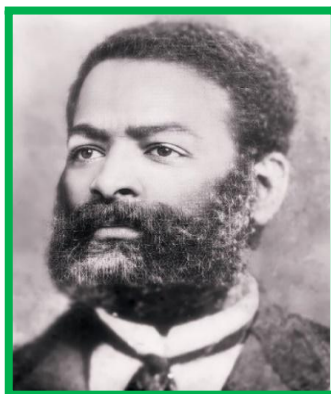
WIESER, Doris. A Rainha Njinga no diálogo sul-atlântico: gênero, raça e identidade. **Revista Ibero-Americana**, v. XVII, n. 66, p. 31-53, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/132273581.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

CAPÍTULO II

LUIZ GONZAGA PINTO DA GAMA: O Orfeu de carapinha

Natural de Salvador, Bahia, em 21 de junho de 1830, nascia Luiz Gonzaga Pinto da Gama, mais conhecido como Luiz Gama. Era filho de Luiza Mahin, uma mulher negra, africana e livre, e de um fidalgo português, o qual Luiz Gama nunca revelou o nome.

Figura 2: Luiz Gama



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Gama#/media/Ficheiro:Luiz_Gama.jpg

Toda a informação que se possui sobre a sua infância é contada por ele mesmo em uma carta que escreveu ao seu amigo Lúcio Mendonça. Nessa carta, Luiz Gama revela que, aos 10 anos de idade, seu pai o vendera como escravo, estando a bordo do navio Saraiva, com destino ao Rio de Janeiro e, depois, a São Paulo. Lá chegando, ficou por alguns dias na casa do senhor Vieira e, em seguida, foi vendido para um contrabandista, chegando a fazer uma viagem a pé de Santos para Campinas.

Desde o século XIX, por conta de muitas rebeliões na Bahia, as pessoas lá nascidas já eram estigmatizadas. Isso não foi diferente com Luiz Gama, que foi rejeitado muitas vezes por compradores de escravos. Ele passou, então, a morar na casa de Antônio Pereira Cardoso e a trabalhar como escravo doméstico.

Aos 17 anos, Luiz Gama aprendeu as primeiras letras com Antônio Rodrigues de Prado Júnior, que também passou a morar na casa de Cardoso, e de quem Luiz Gama era muito amigo. No ano seguinte, ele consegue provas de que nasceu homem livre, foge da casa do senhor Cardoso e se torna soldado, servindo por seis anos e chegando a cabo de esquadra graduado.

Em 1854, foi preso por 39 dias, acusado de ameaçar um oficial que o havia insultado. Durante o tempo em que servia como soldado, nas horas vagas, Luiz Gama trabalhava como copista e, em 1856, foi nomeado escrevente da Secretaria de Polícia, na qual trabalhou até 1868, quando foi despedido a “bem do serviço público”. Na verdade, foi demitido por fazer parte do Partido Liberal, contrário à aristocracia. Ele também era abolicionista e um autodidata que adquiriu o direito de exercer a profissão de advogado provisionado, lutando para libertar os negros escravizados de forma ilegal, além de literato e jornalista.

Como advogado, Luiz Gama libertou cerca de 500 escravizados, servindo-se da Lei Diogo Feijó, de 7 de novembro de 1828, que dizia que todos os que entrassem no Brasil, a partir daquela data, ficariam livres. Essa lei ficou conhecida como a “lei para inglês ver”, pois os traficantes usavam de artimanhas para continuar escravizando os negros trazidos do continente africano. Contudo, foi a partir da mesma lei que Luiz Gama conseguiu libertar muitos irmãos e irmãs, como ele mesmo dizia.

Em descoberta recente, realizada pelo historiador Bruno Rodrigues de Lima, doutorando em História e Teoria do Direito pelo Max Planck Institute, em Frankfurt, na Alemanha, Luiz Gama, ainda em começo de carreira e em ação única, libertou 217 escravizados. Essas pessoas pertenciam ao comendador português Manoel Joaquim Ferreira Netto, que, em testamento, pedia que, após a sua morte, elas fossem libertas. Sabido por Luiz Gama que a vontade do morto não havia sido respeitada, ele acionou a justiça para que se libertassem os escravizados. Esta é apontada como a maior ação coletiva de libertação de escravizados conhecida nas Américas e que, na época, ficou conhecida como “Questão Netto”.

Nos jornais, Luiz Gama também escrevia a favor da liberdade e fazia comentários ácidos contra o sistema de justiça, devido às autoridades não cumprirem fielmente com suas atribuições. Ele escreve para diversos jornais e periódicos e funda o jornal *Diabo Coxo*. Na literatura, enquanto se vivia na era do Romantismo, ele se destacava como poeta satírico. Escreveu um único livro intitulado *Primeiras trovas burlescas de Getulino* (diz-se que Getulino se refere a uma região ao norte da África chamada Getúlia, hoje Tunísia e Argélia). Sua primeira edição é datada de 1859.

Em seus poemas, o autor satiriza aqueles que só enxergam em si uma origem europeia, como é o caso dos versos do poema conhecido como “Bodarrada”, incluído na segunda

edição, em 1861, como resposta aos racistas de seu tempo, mas também aplicado aos racistas dos tempos atuais:

Se negro sou, ou sou bode, pouco importa. O que isso pode? Bodes há de toda casta... bodes negros, bodes brancos, e sejamos todos francos, uns plebeus, outros nobres, bodes ricos, bodes pobres, bodes sábios, importantes e também alguns tratantes... aqui esta boa terra, marram todos, tudo berra...

Luiz Gama sempre se afirmou como homem negro, nos tribunais, na literatura e nos artigos publicados na imprensa. Ele morreu no dia 24 de agosto de 1882, em São Paulo, vítima de diabetes, tendo sido um dos maiores advogados do século XIX. Em seu enterro, comparecem mais de três mil pessoas, entre intelectuais, trabalhadores e o povo negro. No ano seguinte, aconteceu a primeira marcha cívica ao túmulo de Gama, no Cemitério da Consolação, e esta se repetiu até os anos de 1930.

Em 1909, a Academia Paulista de Letras torna Luiz Gama patrono da cadeira de número 15. Em 1930, por iniciativa da comunidade negra de São Paulo, ele ganha um busto no Largo do Arouche em homenagem ao centenário de seu nascimento.

Em 2015, cento e trinta e três anos depois de sua morte, ele foi reconhecido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como um profissional da advocacia. Gama nasceu, viveu e morreu em um Brasil imperial e escravocrata. Em 2018, ele é inscrito no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria* (lei federal nº 13.628) e, também, declarado Patrono da Abolição da Escravidão pela lei federal nº 13.629.

“Quero que o mundo me encarando veja um retumbante Orfeu de carapinha...”
(Luiz Gama)

Bibliografia consultada

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. **Revista de Literatura Brasileira** [8/9], São Paulo, p. 300-321, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116741/114299>. Acesso em: 07 dez. 2020.

LITERAFRO – O portal da literatura afro-brasileira. **Luiz Gama**. Dados biográficos. 2020. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/655-luiz-gama>. Acesso em: 07 dez. 2020.

OAB – São Paulo. **OAB confere título de advogado a Luiz Gama**. 02 dez. 2015. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/noticias/2015/12/oab-confere-titulo-de-advogado-a-luiz-gama.10536>. Acesso em: 07 dez. 2020.

SANTOS, Luiz Carlos. **Luiz Gama**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SILVA, Júlio Romão da. **Luiz Gama e suas poesias satíricas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1981. p. 110-112.

STUMPF, Lúcia Klück; VELLOZO, Júlio César de Oliveira. “Um retumbante Orfeu de Carapinha” no centro de São Paulo: a luta pela construção do monumento a Luiz Gama. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 92, jan./abr. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000100167. Acesso em: 07 dez. 2020.

VEIGA, Edison. Dia da Consciência Negra: quem foi Luiz Gama, figura-chave no movimento abolicionista brasileiro. **BBC News – Brasil**, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54959907>. Acesso em: 07 dez. 2020.

CAPÍTULO III

JOSÉ CARLOS DO PATROCÍNIO: O tigre da abolição

No dia 9 de outubro de 1853, em Campos dos Goytacazes, nasceu José Carlos do Patrocínio, filho do padre João Carlos Monteiro (poderoso politicamente e muito rico) com sua escrava Justina Maria do Espírito Santo (adolescente com 12 ou 13 anos).

Figura 3: José do Patrocínio



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/24/Jos%C3%A9_do_Patroc%C3%ADnio.jpg

Embora Patrocínio não fosse reconhecido como filho legítimo pelo pai, toda a vizinhança o reconhecia como filho do padre. Apesar disso, Patrocínio vive uma boa infância fazendo estripulias nos terrenos da Igreja Matriz e nos campos da fazenda, e horas sendo moleque de recados do seu pai; também frequentava a escola, sendo ensinado pelo padre Antunes.

Na adolescência, porém, as coisas começam a piorar entre pai e filho, pois José do Patrocínio se incomoda com o tratamento que o padre dá para sua mãe. Em meio aos conflitos, o garoto vai trabalhar como caixeiro em um estabelecimento comercial, mas, dias depois, é demitido, pois as pessoas que frequentavam o estabelecimento não queriam ser atendidas por uma pessoa de cor.

Depois disso, ele decide ir para a corte, na cidade do Rio de Janeiro. Era o ano de 1868. Chegando lá, foi trabalhar como faz-tudo na farmácia da Santa Casa de Misericórdia, onde também morava e estudava gratuitamente no externato do Dr. João Pedro de Aquino. O jovem sonhava em ser médico.

Quando José do Patrocínio começa seus estudos no curso de farmácia da faculdade de medicina, deputados e senadores discutiam a Lei do Ventre Livre, cujo objetivo era animar as

escravas a terem filhos que nasceriam livres e se tornariam livres, de fato, aos 21 anos de idade. Em 1874, ano de sua formatura, ele teria que deixar a república de estudantes onde vivia. Nisso, a família de seu colega João Rodrigues Pacheco Vilanova o recebe em sua casa. Então Patrocínio passa a ser professor dos filhos da família. Mais tarde, apaixona-se por uma das filhas dessa família, Maria Henriqueta Rosa de Sena, Bibi, com quem se casa.

Na faculdade, Patrocínio colabora com o jornal estudantil *O Lábaro Acadêmico*, e já demonstrava sua faceta poética. Mudando-se da casa da família Vilanova e indo trabalhar como conferente de revisão no jornal *A Reforma*, ele começa a participar das reuniões dos republicanos, tornando-se um entusiasta da república e da abolição da escravatura.

No jornal *A República*, Patrocínio publica o poema *À memória de Tiradentes*, um verdadeiro ataque à monarquia. Depois disso, Patrocínio e um colega de faculdade fundam e redigem o periódico *Os Ferrões*, com o intuito de expor seus adversários, cujo alvo favorito era a monarquia e o sistema escravagista.

Em 1877, ele estreou no *Gazeta de Notícias*, a princípio como poeta; depois, assumiu a coluna Semana Política. Poeta e articulista político, Patrocínio vai se tornando referência na imprensa brasileira. Vai para o Nordeste como redator e repórter fotográfico para cobrir a seca, e mostra o estado de calamidade em que vivem as pessoas, vítimas da fome e da doença, sem qualquer amparo das autoridades. Suas reportagens pelo Nordeste brasileiro lhe dão mais visibilidade e prestígio. Sua coluna torna-se cada vez mais ácida, atacando mandatários e donos de escravos. Assim, sua permanência no *Gazeta de Notícias* torna-se insustentável.

Em seguida, com a ajuda do sogro, Capitão Sena, compra o jornal *Gazeta da Tarde*. Agora, em seu próprio jornal, Patrocínio é ainda mais ferrenho na luta contra a escravatura. Ele mostra o número de escravizados ilegalmente no Brasil, já que a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, proibia a entrada de africanos escravizados. Dessa forma, ele cutuca a monarquia, os deputados e os fazendeiros. E, além disso, realizava palestras e conferências sobre o mesmo tema.

Em 1882, Patrocínio viajava novamente ao Nordeste, mas, dessa vez, com a campanha abolicionista. Era muito bem recebido onde chegava, e realizava palestras e conferências, e o dinheiro arrecadado serviu para libertar os escravizados. De volta ao Rio de Janeiro, em fevereiro de 1883, ele recebe a notícia de que os municípios de Baturité e São Francisco do Ceará tinham libertado todos os seus escravizados. Ainda, no mesmo ano, viaja para Paris a negócios e, em meio à viagem, recebe a notícia de que a Província do Ceará havia libertado

todos os escravizados. Foi uma vitória para o movimento abolicionista que, de todas as formas, tentava acabar com a escravidão, inclusive, amparando os escravizados fugitivos e lhes conseguindo cartas de alforria forjadas.

Entre 1885 e 1886, havia muitas fugas e rebeliões de escravizados por todo o país, assim como crescia consideravelmente a violência contra essas pessoas. Os jornais abolicionistas faziam muitas denúncias. Vinham pressões de todas as partes, o que desencadeou, em 1888, a abolição da escravidão e, no ano seguinte, a República. Nessa época, Patrocínio, que tinha sido eleito vereador do Rio de Janeiro em 1886, renuncia ao cargo, e já havia se desfeito do *Gazeta da Tarde* e fundado o jornal *Cidade do Rio*.

Em abril de 1891, Patrocínio foi exilado na Amazônia por se contrapor ao então presidente Floriano Peixoto e, depois de muito protesto da câmara e do senado, foi anistiado em agosto do mesmo ano. Cassado e perseguido pelo governo, ele se esconde e, nesse tempo, passa a construir um balão que nunca chegaria a voar.

Com a posse de Prudente de Moraes, Patrocínio deixa o esconderijo em 1894 e reabre o jornal. Em 1897, torna-se um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de número 21 e tendo Machado de Assis como presidente. Depois disso, chega ao Rio de Janeiro o primeiro automóvel, tendo como proprietário José do Patrocínio (o carro andava a 3 km/h).

Em 30 de janeiro de 1905, chega ao seu fim, deixando sua esposa Bibi, seu filho José do Patrocínio Filho e sua filha adotiva Maína, inúmeros artigos, traduções de peças teatrais e três romances: *Mota Coqueiro e a pena de morte*, *Os Retirantes* e *Pedro Hespanhol*. Atuou com todas as suas forças pelo fim da escravidão no Brasil, sendo considerado o maior jornalista na luta pela abolição.

“Ninguém está obrigado a respeitar a escravidão; pelo contrário, é dever de cada cidadão combatê-la por todos os modos. Contra a escravidão todos os meios são legítimos e bons.”

(José do Patrocínio)

Bibliografia consultada

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **José do Patrocínio**. Biografia. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-do-patrocinio/biografia>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRITANNICA ESCOLA. **José do Patrocínio**. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/Jos%C3%A9-do-Patroc%C3%ADnio/487852>. Acesso em: 12 jan. 2021.

FRAZÃO, Dilva. Biografia de José do Patrocínio. **E-Biografia**, 24 abr. 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/jose_patrocinio/. Acesso em: 12 jan. 2021.

HERÓIS DE TODO O MUNDO. **José do Patrocínio (1853-1905)**. Disponível em: <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroi/josedopatrocínio>. Acesso em: 12 jan. 2021.

HISTÓRIA DO BRASIL COMO VOCÊ NUNCA VIU. **José do Patrocínio (Zé do Pato)**. YouTube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Cz7NuCgvQ-Q&ab_channel=Hist%C3%B3riadoBrasilComoVoc%C3%AANuncaViu. Acesso em: 12 jan. 2021.

LITERAFRO – O portal da literatura afro-brasileira. **José do Patrocínio**. Dados biográficos. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/604-jose-do-patrocinio>. Acesso em: 12 jan. 2021.

PÁGINA CINCO. **Papo com Tom Farias**. Carolina de Jesus, José do Patrocínio e outros gigantes. YouTube, 4 ago. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=exVqy-iTEyI&ab_channel=P%C3%A1ginaCinco. Acesso em: 12 jan. 2021.

PORTAL GELEDÉS. **José do Patrocínio**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/jose-patrocinio/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

RODRIGUEZ, Henrique. Primeiro acidente de carro do Brasil foi a 4 km/h e envolveu Olavo Bilac. **Quatro Rodas**, 13 maio 2020. Disponível em: <https://quatrorodas.abril.com.br/noticias/primeiro-acidente-de-carro-do-brasil-foi-a-4-km-h-e-envolveu-olavo-bilac/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

TV UFBA. **Personalidade Histórica** – José do Patrocínio. YouTube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Bbvgh17oB8M&ab_channel=TVUFBA. Acesso em: 12 jan. 2021.

CAPÍTULO IV

JOÃO DA CRUZ E SOUSA: O Cisne Negro emparedado

O poeta Cruz e Sousa nasceu em Desterro, atual Florianópolis, SC, no dia 24 de novembro de 1861. Seu nome foi dado em homenagem a São João da Cruz. Era filho de Guilherme, mestre pedreiro, ainda cativo do Coronel Guilherme Xavier de Sousa, e da liberta Carolina Eva da Conceição, que trabalhava como doméstica e lavadeira na casa do coronel.

A família morava no porão do coronel, e lá nasceram Cruz e Sousa e Norberto, o irmão mais novo. Os meninos tinham livre acesso à casa do coronel, sendo tratados como filhos. Essa casa ficava onde hoje é o Colégio Lauro Müller, no Centro de Florianópolis.

Figura 4: Cruz e Sousa



Fonte: <https://almanaquenilomoraes.blogspot.com/2017/05/cruz-e-sousa-familia-trabalho-e-pobreza.html>

No ano de 1865, com 4 anos de idade, Cruz e Sousa começa a ser alfabetizado pela senhora Clarinda, esposa do coronel. Aos 8 anos, escreveu seus primeiros versos e os declamava ao coronel. O menino estudava na Escola do Velho Fagundes (escola pública). Nessa época, já se destacava declamando em teatrinhos e salões.

Em 1871, ele foi matriculado com bolsa de estudos no Ateneu Provincial Catarinense, um colégio particular, onde aprendeu francês, grego, latim, inglês, matemática e ciências naturais, destacando-se como excelente aluno em todas as disciplinas. Cruz e Sousa era um dos poucos negros a frequentar esse colégio e, ali, com os amigos Virgílio Várzea e Santos Lostada, fundou o jornal literário *Colombo* que, por falta de recursos, não durou muito tempo.

O poeta trabalhou como caixeiro e professor particular. Chegou até a ser nomeado promotor público de Laguna, mas não assumiu a função, pois os chefes políticos não admitiram que um jovem negro pudesse ocupar um cargo tão respeitado.

Cruz e Sousa e outros poetas buscaram instaurar o Simbolismo no Brasil. Nessa época, o poeta assinava seus textos como Bernardino Lopes. Aos 22 anos, ele transitava por várias regiões do país, trabalhando na Companhia Dramática Julieta dos Santos. Numa dessas viagens, no Ceará, Cruz e Sousa pronunciou uma conferência sobre o abolicionismo. O texto do poeta foi bem aceito e aplaudido pelos abolicionistas ali presentes.

Aos 23 anos, ao final da turnê da Companhia Julieta dos Santos, Cruz e Sousa escreveu o seu primeiro livro, *Cambiantes*, que só foi publicado depois de sua morte em *O Livro Derradeiro* (1945). Em 1885, publicou, em coautoria com Virgílio Várzea, o livro *Tropos e Fantasias*. Ainda no mesmo ano, assumiu a direção do jornal *O Moleque*, fundado pelo português Pedro Paiva, com foco na crítica política baseada na sátira e no humor. O jornal dirigido por Cruz e Sousa não era convidado para as coletivas de imprensa, e o poeta atribui isso à cor de sua pele, pois, na época, ele era o único negro no cargo de editor-chefe.

Com o fim de *O Moleque*, o poeta passa a contribuir com o *Abolicionista* e a *Tribuna Popular*. Em 1890, muda-se para o Rio de Janeiro, tornando-se colaborador do jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio. Lá, trabalha em diversos jornais e, depois de algum tempo, passa a trabalhar como arquivista na Estrada de Ferro Central do Brasil. Perseguido pelo chefe do setor, o poeta escreve, dirigido a este, o soneto *O Assinalado*.

Em 1893, o escritor casou-se com Gavita Rosa Gonçalves, no mesmo ano em que publicou os livros *Missal* e, em seguida, *Broquéis*, introduzindo assim o Simbolismo no Brasil. – Explicando de modo simplista, trata-se de um movimento literário do final do século XIX, marcado pelo pessimismo e pela visão subjetiva da realidade, sendo Cruz e Sousa consagrado precursor desse movimento no Brasil.

O casal teve quatro filhos: Raul, Guilherme, Reinaldo, João da Cruz e Sousa Júnior. Três anos depois de casados, por conta da extrema pobreza em que viviam, Gavita demonstra sinais de loucura e permanece nesse estado durante seis meses. Por isso, a sogra do poeta passa a morar com eles a fim de cuidar da filha. Na mesma época, Cruz e Sousa escreveu diversos poemas. Como consequência da extrema pobreza, Raul e Guilherme, os dois filhos mais velhos, contraíram tuberculose e faleceram em 1898, e, logo depois, Reinaldo.

O poeta Cruz e Sousa faleceu no dia 14 de março de 1898, aos 36 anos de idade, também vítima de tuberculose, na cidade de Sítio, em Minas Gerais, muito pobre, pois poucos reconheciam seu valor como poeta. Seu corpo foi trasladado para o Rio de Janeiro num vagão de transporte de animais, pago pela Central do Brasil. Gávia faleceu em 1901 em razão da mesma doença. O filho mais jovem do casal, agora órfão, foi criado pela avó materna, teve vários problemas de saúde e morreu ainda na adolescência, deixando um descendente.

Em 1905, seu amigo e admirador, Nestor Vitor, incentivou a publicação, em Paris, da obra *Últimos Sonetos*, a maior obra do poeta. A França considerou Cruz e Sousa um dos mais importantes simbolistas da poesia ocidental. Em 1961, *Cruz e Sousa, Obra Completa* foi publicada em um só volume de mais de 800 páginas, em comemoração ao centenário de seu nascimento.

Em 1919, em Florianópolis, é inaugurada uma placa comemorativa em homenagem a Cruz e Sousa, no antigo solar do Marechal Guilherme Xavier. Em 1923, um novo busto do poeta é inaugurado no Largo Benjamin Constant. Em agosto de 1943, no cemitério de São Francisco Xavier, construiu-se o mausoléu definitivo do poeta, e houve a publicação de Roger Bastide, *A poesia afro-brasileira*, com os quatro estudos sobre Cruz e Sousa.

Em 26 de novembro de 2007, os restos mortais de Cruz e Sousa foram trasladados para Florianópolis, depositados em uma urna, e sua visita acontece no Museu Histórico de Santa Catarina. Em 2019, no Centro de Florianópolis, foi lançada uma obra de arte urbana em homenagem ao poeta: um mural de 900 metros quadrados localizado no edifício João Moritz. E, além disso, Cruz e Sousa é o número 15 na cadeira da Academia Catarinense de Letras.

Não! Não! Não! Não transporás os pórticos milenários da vasta edificação do mundo, porque atrás de ti e adiante de ti não sei quantas gerações foram acumulando, pedra sobre pedra, pedra sobre pedra, que para aí estás agora o verdadeiro emparedado de uma raça. Se caminhares para a direita baterás e esbarrarás, ansioso, aflito, numa parede horrendamente incomensurável de Egoísmos e Preconceitos! Se caminhares para a esquerda, outra parede, de Ciências e Críticas, mais alta do que a primeira, te mergulhará profundamente no espanto!

(CRUZ E SOUZA, 1943)

Enfim, em termos muito simples: Cruz e Sousa é um poeta órfico não por ter lido e relido, escrito e reescrito o mito de Orfeu, mas por sua condição de poeta exilado na Terra, consciente produtor de beleza (eterna e contingente, de re-encantamento), mas cuja função (sacral ou social, pessoal ou estamental), neste mundo mesquinho, maquinizado e reificado (des-encantado), não faz o menor sentido para o artista, que almeja muito rapidamente retornar à sua pátria espiritual.

(PIRES, 2020)

Bibliografia consultada

BARBOSA, Rodrigo. A nova cara da Praça XV. **Cotidiano UFSC**, 2019. Disponível em: <http://cotidiano.sites.ufsc.br/a-nova-cara-da-praca-xv/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

CRUZ E SOUSA, João da. **Missal**. 1893. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000076.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

CULTNE CINEMA. **Cruz e Souza, Poeta do Desterro**. YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H7qrUpL1HXo>. Acesso em: 19 abr. 2022.

FRAZÃO, Dilva. Cruz e Sousa. **eBiografia**, 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/cruz_e_sousa/. Acesso em: 18 abr. 2022.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 18, n. 50, p. 271-284, abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WYP8RVmB8xjQsz6ZG6S5Ttd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2022.

LITERAFRO – O portal da literatura afro-brasileira. **Cruz e Sousa**. 2022. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/206-cruz-e-sousa>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Cruz e Sousa**: vida, características, obras, poemas. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/literatura/cruz-e-sousa.htm>. Acesso em: 19 abr. 2022.

PIRES, Antônio Donizeti. Leituras cruzadas sobre Cruz e Sousa, poeta órfico (crítica, narrativa, teatro...). **Signótica**, Araraquara, v. 32, n. 0, p. 1-29, 5 maio 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/58165/34733>. Acesso em: 18 mar. 2022.

PRANDINI, Paola. **Cruz e Sousa**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

TV BRASIL. **João da Cruz e Sousa**: de lá pra cá. YouTube, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z72-Gf6ch4c>. Acesso em: 19 abr. 2022.

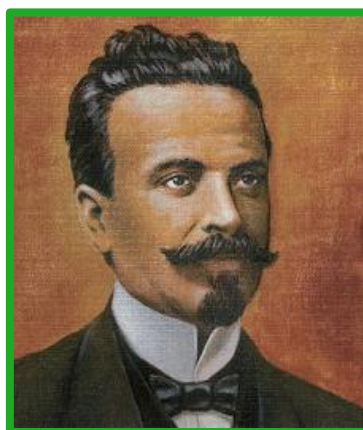
UFSC CIÊNCIA. **Cruz e Sousa**. Podcast UFSC Ciência (episódio 9). Disponível em: <https://ciencia.ufsc.br/2019/12/03/ufsc-cie%cc%82ncia-ep-9-cruz-e-sousa/>. Acesso em: 19abr. 2022.

CAPÍTULO V

NILO PROCÓPIO PEÇANHA: Primeiro presidente negro do Brasil

Nascido em 2 de outubro de 1867, em Campos de Goytacazes, Rio de Janeiro, Nilo Peçanha é tido como o primeiro e único, até o momento, presidente negro do Brasil. Nilo é o primeiro filho de Sebastião de Sousa Peçanha, que trabalhava como padeiro, e Joaquina Anália de Sá Freire, que pertencia a uma família politicamente influente do norte fluminense.

Figura 5: Nilo Peçanha



Fonte: <http://www.famososquepartiram.com/2013/11/nilo-pecanha.html>

Nilo Peçanha viveu uma infância humilde na periferia da sua cidade natal, em um sítio no Morro do Coco, onde morou com os pais, quatro irmãos e duas irmãs. Sua família mudou para o centro da cidade quando o garoto chegou à idade escolar, realizando ali seus estudos primários. O ensino secundário realizou-se no colégio Alberto Brandão, no Rio de Janeiro. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo e, depois, ingressou na Faculdade de Direito do Recife, na qual se bacharelou em 1887. Ao voltar para sua cidade natal, trabalhou como advogado e jornalista, defendendo as causas da abolição e da república.

Na república, em 1890, foi eleito deputado da Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Republicano, iniciando sua carreira política. Foi duas vezes deputado estadual pelo Rio de Janeiro, entre 1891 e 1903, sendo que, nesse último ano, foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro, quando inaugurou o famoso Palácio do Ingá, em Niterói. Em 1906, foi eleito vice-presidente do Brasil, sendo Afonso Pena presidente. Em 1909, assumiu a

presidência do país, em decorrência da morte do presidente. Seu mandato foi de 17 meses, tendo como lema de seu governo “Paz e Amor”.

O maior feito de seu mandato foi a criação da Escola de Aprendizes Artífices na cidade de Campos, que, por sua vez, deu origem ao renomado Centro Federal de Educação Tecnológica, instituição que, no governo de Luiz Inácio da Silva, foi transformada na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica com a proposta de ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Nilo Peçanha, no seu curto mandato, também criou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), cuja chefia do projeto foi entregue ao Marechal Cândido Rondon.

Após terminar seu mandato como presidente, Nilo Peçanha viajou à Europa, afastando-se temporariamente da política. Em 1912, estava de volta ao Brasil, sendo eleito senador pelo estado do Rio de Janeiro. Em 1917, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Foi maçom e grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, de 1917 até 1919, quando renunciou ao cargo. Em 1922, candidatou-se à presidência da República, em chapa composta pelo vice-presidente José Joaquim Seabra, inaugurando um novo jeito de fazer política, chamado de nilismo¹, porém não obteve êxito. Com esse revés, Nilo Peçanha colocou fim à sua carreira política, vindo a falecer em 31 de março de 1924, no Rio de Janeiro, sendo sepultado no *Cemitério de São João Batista*.

Nilo Peçanha é considerado um dos maiores políticos brasileiros do século XX, hábil com as palavras e defensor ferrenho da liberdade. Sua trajetória de vida privada e pública foi marcada por inúmeros obstáculos por conta da cor de sua pele, em uma sociedade racista que, até os dias atuais, impõe obstáculos aos não brancos. As dificuldades e preconceitos impostos por esta sociedade racista fizeram com que o político nunca assumisse suas origens africanas. Nos contextos das disputas políticas, ele era constantemente descrito como “mulato” (hoje seria chamado pardo, negro de tez mais clara), motivo pelo qual foi ridicularizado e atacado em charges.

Na vida privada, seu casamento com Ana de Castro Belisário Soares de Sousa (Anita), realizado em 6 de dezembro de 1895, foi considerado um escândalo social, pois a noiva era descendente de aristocratas e famílias ricas de Campos. Os pais da noiva não aceitaram o casamento, e a noiva teve de morar com a tia até o dia do casamento, sendo que sua mãe jamais teve proximidade com o casal.

¹ Esse movimento representava um rompimento com os velhos modos de fazer política baseados nas oligarquias rurais estaduais.

Bibliografia consultada

CANAL FUTURA. **Conhecendo os presidentes** – Ep. 07: Nilo Peçanha. YouTube, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TIX8iOt0v5s&ab_channel=CanalFutura. Acesso em: 20 set. 2022.

FRAZÃO, Dilva. **Nilo Peçanha**. eBiografia, 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/nilo_pecanha/. Acesso em: 23 set. 2022.

MARIA, Fábio Genésio dos Santos. O Presidente Negro? Uma discussão racial e política a partir da construção da imagem de Nilo Peçanha em o Malho (1909-1910). **Mimesis**, Bauru, v. 40, n. 1, p. 129-158, maio 2019. Disponível em: https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v40_n1_2019/mimesis_v40_n1_2019_art_06.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

MUSEU AFRO BRASIL. **Nilo Peçanha**. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/07/17/nilo-pe%C3%A7anha>. Acesso em: 20 set. 2022.

RENNÓ, Pedro. **Nilo Peçanha, o presidente paz e amor**. Parabólica. YouTube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v1qxYSnvH_A&ab_channel=Parab%C3%B3lica. Acesso em: 20 set. 2022.

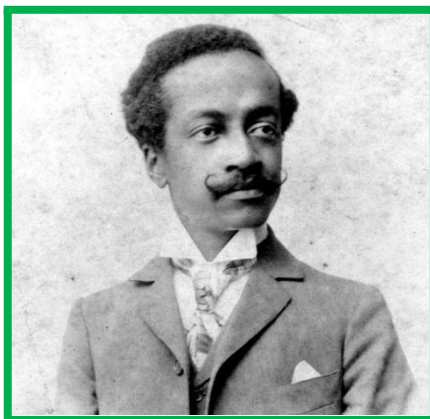
VOGEL, Vitor. **A história de Nilo Peçanha**. Vogalizando a História. YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vXjw07G2sKs&ab_channel=VogalizandoaHist%C3%B3ria. Acesso em: 23 set. 2022.

CAPÍTULO VI

JULIANO MOREIRA: Fundador da psiquiatria no Brasil

Nascido em Salvador, Bahia, no dia 6 de janeiro de 1872, filho de Galdina Joaquina do Amaral, trabalhadora doméstica na casa de Luís Adriano Alves de Lima Gordilho, o barão de Itapuã, médico e professor na Faculdade de Medicina da Bahia, o qual se tornou seu padrinho. O pai de Juliano, português, inspetor de iluminação pública, Manoel do Carmo Junior, o reconhece como filho só depois da morte da mãe, quando ele tinha treze anos.

Figura 6: Juliano Moreira



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55557894>

Os estudos de Juliano Moreira foram custeados pelo padrinho, o barão de Itapuã. Juliano ingressou, em 1886, no curso de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia. Formou-se em 1891, aos 19 anos, apresentando a tese *Etiologia da sífilis maligna*, que ganhou repercussão internacional, pois, no século XIX, a sífilis era uma doença que levava à morte. Em 1896, realizou concurso para professor substituto da cadeira de moléstias nervosas e mentais, na mesma faculdade, sendo aprovado em primeiro lugar, tendo apresentado a tese *Discinesias arsenicais*, a qual obteve nota máxima. Na mesma época, atuava como redator da *Gazeta Médica da Bahia*.

Foi aluno e colega de Nina Rodrigues, um dos precursores do racismo científico no Brasil, rebatendo as teses de Nina, o qual assevera que a mestiçagem seria a causa das doenças mentais. Juliano contra-argumentou que a origem das doenças mentais se devia a fatores físicos e situacionais, como a falta de higiene e de acesso à educação. De 1895 a 1902, realizou inúmeros estágios sobre doenças mentais na Europa e, como sofria de tuberculose, internou-se num sanatório na cidade do Cairo, onde conheceu a enfermeira alemã Augusta

Peick, com a qual se casou em 1910, regressando os dois juntos para o Brasil. Foi eleito presidente honorário do IV Congresso Internacional de Assistência a Alienados, além de representar o Brasil em congressos internacionais em todas as capitais europeias.

Como diretor do Hospital dos Alienados no Rio de Janeiro, Juliano Moreira humanizou o tratamento dos pacientes, dividindo-os por sexo e idade, e também impediu o encarceramento dos doentes internados. Criou alternativas para os doentes de alcoolismo, alterou a estrutura física do manicômio com laboratórios e melhorou o atendimento dos internados. Adotou a técnica de punção lombar e exame cefalorraquidiano para a melhoria de diagnósticos neurológicos. Foi médico de João Cândido, líder da Revolta da Chibata, que foi internado no manicômio por força do governo do estado.

O doutor Juliano Moreira também realizou pesquisas na área dermatológica, pois buscou comprovar que doenças na pele não estavam relacionadas a questões raciais, como afirmavam os médicos racistas da época. Vale salientar que o doutor viveu no auge do racismo científico, quando se acreditava que todos os males se originavam das características inferiores dos negros. Também criou o Manicômio Judiciário, em 1921, integrando diversas sociedades médicas internacionais.

Com o Golpe de 1930, de Getúlio Vargas, Moreira foi destituído da direção do Hospital Nacional dos Alienados, onde também era a sua moradia. A partir dessa data, Moreira passa a morar no hotel Santa Teresa e atende seus pacientes particulares no sanatório Botafogo. Na mesma época, a tuberculose voltou, e o doutor Juliano foi internado no sanatório de Correias, em Petrópolis, onde faleceu em 2 de maio de 1933.

Juliano Moreira revolucionou e humanizou a psiquiatria no Brasil, sendo chamado de fundador da psiquiatria brasileira. Ele foi um dos combatentes do racismo científico e do darwinismo racial, sendo o primeiro professor universitário brasileiro a incorporar a teoria psicanalítica no ensino de medicina.

“Se mais não puder fazer em benefício dos seus doentes mentais, basta receber o batismo de louco por ter feito a libertação dos mesmos.” (Juliano Moreira)

“Mesmo assim, não se esqueça de que os doentes da mente merecem o mesmo trato dado às musas.” (Juliano Moreira)

Bibliografia consultada

BBC NEWS BRASIL. **Juliano Moreira, o psiquiatra negro que revolucionou o tratamento de transtornos mentais no Brasil**. YouTube, 2021. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=T2wY0NAESd8&ab_channel=BBCNewsBrasil. Acesso em: 06 jul. 2021.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

JULIANO MOREIRA: o psiquiatra negro que revolucionou o tratamento de transtornos mentais no Brasil. **BBC News Brasil**, 2021. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-55557894>. Acesso em: 06 jul. 2021.

MOREIRA, Juliano; RODRIGUES, Hermelino Lopes. Cartas de Hermelino Lopes Rodrigues e Juliano Moreira. **Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 329-335, jun. 2008. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142008000200016&script=sci_arttext. Acesso em: 06 jul. 2021.

NEXO JORNAL. **O médico negro que se opôs ao racismo científico**: Juliano Moreira. YouTube, 2019. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=agXtE30jSs0&t=7s&ab_channel=NexoJornal. Acesso em: 06 jul. 2021.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 178-179, dez. 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbp/a/wzF5QyZ7pVvVVF5VqRHwSHf/?lang=pt>. Acesso em: 06 jul. 2021.

OLIVEIRA, Regiane. Juliano Moreira, o psiquiatra negro que revolucionou o tratamento das doenças mentais no Brasil. **El País**, São Paulo, 06 jan. 2021. Disponível em:

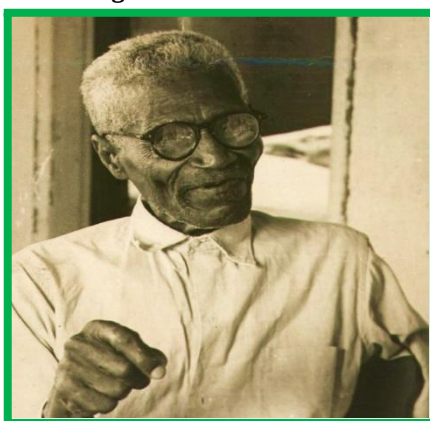
<https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-01-06/juliano-moreira-o-psiquiatra-negro-que-revolucionou-o-tratamento-das-doencas-mentais-no-brasil.html>. Acesso em: 06 jul. 2021.

CAPÍTULO VII

JOÃO CÂNDIDO FELISBERTO: O almirante negro

O menino que se tornaria, mais tarde, um herói a favor dos direitos humanos na marinha, nasceu na Vila da Encruzilhada, no município de Rio Pardo, Rio Grande do Sul, em 24 de julho de 1880 (oito anos antes da abolição da escravidão no Brasil), filho dos escravizados João Cândido Velho e Inácia Cândido Velho, e tinha mais sete irmãos.

Figura 7: João Cândido



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_C%C3%A2ndido

Criado na propriedade rural de João Felipe de Correia, também em Rio Pardo, João Cândido acompanhava o pai que, depois de liberto, se torna tropeiro. Em uma das vezes que acompanha o pai, o neto de 15 anos de João Felipe chama a atenção de João Cândido, e este joga no rapaz a vara que segurava, escondendo-se durante o dia inteiro para fugir do castigo. Porém, o proprietário da fazenda comunica ao pai de João Cândido que este seguirá para Porto Alegre a fim de se tornar aprendiz de marinheiro, coisa que o menino já sonhara desde muito cedo, quando acompanhava o pai nos portos ao conduzir o gado para ser embarcado.

Em 1893, em companhia do almirante Alexandrino de Alencar, amigo da família Correia de Rio Pardo, João Cândido conhece um navio da marinha chamado Ondina, que estava ancorado em Porto Alegre, o que provoca certo estranhamento: um negro acompanhado de um almirante para conhecer as instalações do navio (lembrando que a abolição da escravidão havia acontecido há apenas quatro anos). Nessa época, a marinha não dispunha de pessoal; então os pais mandavam os jovens indisciplinados, e a polícia recolhia homens desempregados que estavam pelas ruas e toda sorte de bandidos, forçando-os a servir

na marinha, nos quadros inferiores, enquanto que os quadros superiores eram ocupados pela elite branca.

Aos 14 anos, João Cândido entra para a marinha como voluntário, por recomendação do almirante Alexandrino de Alencar, com pedido de atenção especial, sendo alistado sob o número 40 na Escola de Aprendizes de Marinheiro do Rio Grande do Sul. No ano seguinte, 1895, é destacado para o Rio de Janeiro como praça na 40ª Companhia do Corpo de Marinheiros Nacionais, e vai servir na tripulação do cruzador Andrada, onde fica por 1 ano, 11 meses e 17 dias. Com espírito de liderança, o jovem, desde o início, já fazia a interlocução entre marinheiros e oficiais. Saindo do Andrada, serve por cinco anos no encouraçado Riachuelo. Aos 20 anos, é instrutor de aprendizes de marinheiro, viajando por toda a costa nacional e em viagens internacionais; inclusive, com o então presidente da república, Campos Sales, a bordo em 1900.

Participa também da demarcação de terras no Norte, quando o Brasil entrou em conflito com a Bolívia pelo território do Acre, que era importante aos dois países devido à extração de borracha. Ele ficou impressionado com soldados e oficiais de alta patente do exército lutando lado a lado, enquanto no Brasil os oficiais tomavam decisões de gabinete. Nessa época, com alimentação escassa e excesso de umidade, já há onze meses na floresta Amazônica, ele é acometido de tuberculose, sendo transportado para o Hospital da Marinha em estado grave. Aparentemente curado, presta serviços fiscais na fronteira com o Peru, serve no Tiradentes em missão no Paraguai, faz parte da tripulação do Benjamin Constant e do Primeiro de Março e, depois, é destacado para uma viagem à Europa.

Aos 29 anos, em 1909, vai para a Inglaterra acompanhar a montagem do encouraçado Minas Gerais. Pela primeira vez, João Cândido e outros colegas marinheiros brasileiros assistem a uma reunião sindical, em um depósito em New Castle, com a tradução feita por um funcionário do estaleiro que era filho de portugueses. Nessa época, João era marinheiro de primeira classe e, com o grupo de marinheiros, tem a missão de aprender o manejo da embarcação e, ao mesmo tempo, essa missão confere a ele consciência política. Os marinheiros brasileiros começam a fazer reuniões para discutir a situação da marinha brasileira: jornada desumana, má remuneração, comida escassa e a violência como forma de disciplina. Embora proibida pela Constituição Brasileira, a chibata continua válida na marinha.

Em janeiro de 1910, ocorreu a primeira viagem do Minas Gerais. Na comemoração, ao cruzar a linha do Equador, João Cândido é escolhido pela guarnição para representar o deus Netuno, o que demonstra o respeito que lhe era dispensado pelos seus companheiros.

Já no Brasil, ele é chamado para uma audiência com a presidência da república por conta dos inúmeros atos de indisciplina praticados pelos marujos. O ministro da marinha, na época, era o almirante Alexandrino de Alencar, o qual, sabendo da liderança de João, queria que ele se tornasse aliado dentro do encouraçado Minas Gerais. Na ocasião, ele pede o fim da chibata, o que desagrada o almirante.

Em terra, os marinheiros se reúnem com regularidade organizando o levante. Participam dessas reuniões marinheiros do navio Bahia, tendo como líderes Ricardo de Freitas e Francisco Dias Martins, vulgo Mão Negra, tido como muito culto entre os colegas. No navio São Paulo, o líder é o cabo Gregório do Nascimento e, no Deodoro, o cabo André Avelino.

Na madrugada de 16 de novembro, a tripulação do Minas Gerais é chamada ao convés para assistir ao castigo aplicado ao marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes, que é suspenso sem camisa e submetido a 250 chibatadas. Desmaiado e com o dorso repleto de cortes, é enrolado em um lençol e levado para o porão, tendo-lhe jogado iodo nas costas e deixado em sofrimento no assoalho do porão. Por conta disso, o levante que estava marcado para o dia 25 foi antecipado e deflagrado no dia 22 de novembro. Sob a liderança de João Cândido, mais de 2.000 marinheiros assumiram o comando dos quatro navios de guerra: Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Deodoro, ancorados na Baía de Guanabara. Os encouraçados exibem bandeiras vermelhas, e João Cândido continua com seu uniforme de marinheiro, com um pé de chinelo e outro de botina, diferenciando-se dos demais por conta de um lenço vermelho amarrado no pescoço. Ao clarear o dia, são disparados tiros com canhões de pequenos calibres sobre o Rio de Janeiro e Niterói.

Os revoltosos só pedem ao Presidente da República o fim da chibata e a anistia aos insurretos, mas, sem ter outra opção, o governo aceita anistiar os revoltosos e, na manhã do dia 26 de novembro, termina a revolta. Os navios são entregues em perfeitas condições, mas a anistia dura somente dois dias. Em 28 de novembro, o Decreto nº 8.400 autoriza a baixa por exclusão dos soldados cuja permanência seja inconveniente à disciplina. Isso causa um clima de tensão nas Forças Armadas, e o governo se prepara para decretar estado de sítio. Por conta das demissões, alguns navios ficam sem pessoal suficiente para os serviços essenciais.

Em 4 de dezembro, são presos 22 marujos acusados de conspiração, e o governo faz circular boatos de um novo motim. Dia 9 de dezembro, há um novo levante, dessa vez, do Batalhão Naval. O navio Rio Grande do Sul aderiu ao levante. Os navios estão desarmados e os oficiais a bordo do Minas Gerais e do São Paulo abandonam as embarcações. Antes de desembarcar, o imediato do Minas Gerais pede a João Cândido que tome conta do navio. Ele, a fim de proteger o navio que estava desarmado, sendo atacado, o movimenta, e isso é usado como motivo de sua prisão e julgamento.

Ao entardecer do dia 10 de dezembro, o motim termina com quase todos os amotinados mortos e muitos oficiais também mortos. João Cândido e mais 17 de seus companheiros da primeira revolta, os quais não tinham nada a ver com a segunda revolta, ficando ao lado do governo, foram presos na solitária situada na Ilha das Cobras, lugar sem ventilação, com apenas um latão para as necessidades fisiológicas. Na cela, foi jogada cal virgem com água. Com a evaporação da água e sem muito oxigênio, 16 homens morreram asfixiados pela cal, sobrevivendo apenas João Cândido e João Avelino. Depois desse fato, ele é internado no Hospital de Alienados e, portando-se bem, é novamente levado para a prisão, ficando preso até 1912 (dois anos de reclusão), quando é levado a julgamento e considerado inocente.

Depois de tudo isso, com 32 anos, tuberculoso e sem dinheiro, João Cândido tem dificuldade para encontrar trabalho, e passa a fazer biscates e a vender peixes na Praça XV. Ao longo de sua vida, ele se casou três vezes e teve onze filhos. Em 1957, quando o encouraçado Minas Gerais viraria sucata, ele foi até o ancoradouro se despedir do navio por meio do qual conseguiu libertar todos os marinheiros do peso da chibata. João Cândido morreu aos 89 anos, pobre e perseguido pela polícia, até mesmo em seu enterro.

Em sua homenagem, na década de 1970, Aldir Blanc e João Bosco compõem a canção *O mestre-sala dos mares*. Em plena ditadura, os dois compositores foram muitas vezes chamados pela censura, tendo que alterar por vezes a letra da canção; no entanto, o que estava chamando a atenção na letra era a exaltação ao negro.

Em 2018, o então presidente Lula sanciona a anistia póstuma de João Cândido e, no Dia da Consciência Negra do mesmo ano, é inaugurada uma estátua em sua homenagem, na Praça XV, no Rio de Janeiro. Em 2019, seu nome passou a fazer parte do Livro dos Heróis do Estado do Rio de Janeiro.

“A sua história ficou na Marinha. Hoje não apanhamos. Temos soldo regular e comemos bem. Agradecemos tudo isto ao senhor!” (MOREL, 2016, p. 247).

“João Cândido, o único marinheiro no mundo inteiro a comandar os mais modernos e velozes encouraçados, desfraldando a bandeira vermelha da revolta, para acabar com os castigos corporais na Armada” (MOREL, 2016, p. 55).

Bibliografia consultada

BERNARDO, André. A conturbada vida de João Cândido, líder da Revolta da Chibata preso, expulso da Marinha e internado como louco. **BBC News – Brasil**, 06 dez. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50680851>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CANAL SAÚDE OFICIAL. **João Cândido, o Almirante Negro** – Ciência & Letras. YouTube, 03 nov. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h2uVssgiDGA&feature=emb_logo&ab_channel=CanalSa%C3%BAdedeOficial. Acesso em: 14 dez. 2020.

GRANATO, Fernando. **João Cândido**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **João Cândido: o mestre-sala dos mares** [livro eletrônico]. Niterói: Eduff, 2020. (Coleção Personagens do Pós-Abolição, vol. 6.) Disponível em: <http://www.eduff.uff.br/ebooks/Personagens-do-p%C3%B3s-aboli%C3%A7%C3%A3o-v6-Jo%C3%A3o-C%C3%A2ndido.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PALMARES – Fundação Cultural. **João Cândido e a revolta da chibata**. 23 nov. 2012. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=24839>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PROJETO MEMÓRIA. **João Cândido**. O mar amigo. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/JoaoCandido/biografia1.html>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SOARES, Paulo Renato. João Cândido, o ‘Almirante negro’, é reconhecido como herói do Rio de Janeiro. **G1 – Globo Comunicação e Participações**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/20/joao-candido-o-almirante-negro-e-reconhecido-como-heroi-do-rj.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CAPÍTULO VIII

VICENTE FERREIRA PASTINHA: O guardião da capoeira de Angola

Vicente Ferreira Pastinha, mais conhecido como Mestre Pastinha, nasceu na Rua do Tijolo, em Salvador, Bahia, em 5 de abril de 1889, filho do espanhol José Señor Pastiña, que tinha um pequeno armazém na cidade, e de Dona Maria Eugênia Ferreira, que trabalhava com vendas de acarajé e como lavadeira.

Figura 8: Mestre Pastinha



Fonte: <http://www.palmares.gov.br/?p=41316>

Aos 10 anos, apanhava com frequência de garotos mais velhos; então, conhece tio Benedito, um homem negro africano, que lhe ensinou a arte da capoeira angolana. E assim, o pequeno Pastinha passava seus dias: nas manhãs, estudava no Liceu de Artes e Ofício, e à tarde, jogava capoeira e empinava pipa. Alguns anos mais tarde, seu pai, que não concordava muito com a prática da capoeira (vista como vadiagem, foi proibida por lei no Brasil, de 1889 até 1937), o matricula na Escola de Aprendizes de Marinheiro. Lá, conheceu as artes do mar e ensinou aos colegas a arte da capoeira.

Mestre Pastinha ficou de 1902 até 1910 na Escola de Aprendizes de Marinheiro. Sai de lá aos 20 anos de idade. Muitas vezes, a polícia o abordava, e ele se defendia servindo-se da capoeira. Entre 1910 e 1912, trabalhou clandestinamente como mestre de capoeira na Rua Santa Isabel. Após essa data, trabalha em diversas funções, como engraxate, segurança em casa de jogos, jornalista e muitas outras. Até 1940, não se sabe ao certo se Mestre Pastinha atuava como mestre de capoeira ou não.

Já em 1941, fundou o Centro Esportivo de Capoeira Angola (CECA), no Pelourinho. Pastinha é um mestre que luta para tirar a capoeira da estigmatização social para transformá-la

em escola, pautada na disciplina e na organização. Para jogar, os alunos usavam uniforme: calça preta e camiseta amarela; e golpes traiçoeiros eram proibidos, pois capoeira é cuidado com o outro. A partir daí, visita vários estados pelo Brasil, levando sua arte e tornando-se conhecido. Em 1964, lança o livro *Capoeira Angola*, que defende a capoeira enquanto esporte. Em 1966, Mestre Pastinha integrou a comitiva que foi para Dakar, no Senegal, no Primeiro Festival Mundial de Artes Negras, que contou com a participação de pelo menos 35 países.

Mestre Pastinha circulava entre jornalistas, escritores, intelectuais e políticos da época. Gozava da admiração do escritor Jorge Amado, e foi homenageado por Caetano Veloso em sua música. Foi um homem de pouco estudo, mas de muita sabedoria. Compunha ladainhas e tocava berimbau. Foi um pensador da cultura popular.

Em 1971, a prefeitura desaloja Mestre Pastinha, prometendo-lhe que isso seria temporário para reformas no casarão, mas, na verdade, tratava-se de uma higienização social por conta da especulação imobiliária. Depois disso, o mestre, que já não vinha bem de saúde por conta de dois derrames que havia sofrido e que o estavam deixando cego, perde sua fonte de renda e entra em depressão. Sem condições de ser cuidado por sua esposa, que também estava doente, é internado no abrigo para idosos Dom Pedro II. Lá, em 1981, faleceu Mestre Pastinha, aos 92 anos, pobre e esquecido.

A capoeira, um misto de dança e arte marcial, resistência do povo negro, começa a ser reconhecida em 2008, quando A Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira é inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão como um bem cultural pelo IPHAN e, em novembro de 2014, recebeu o título de Patrimônio Imaterial da Humanidade pela UNESCO.

“Eu me chamo Vicente Ferreira Pastinha. Eu nasci para a capoeira. Só deixo a capoeira quando eu morrer. Eu amo o jogo da capoeira, e não há outra coisa melhor na minha vida, no resto da minha vida, que seja a capoeira.”

(MESTRE PASTINHA *apud* CAPOEIRA EXPORTS, 2011)

“Pratico a verdadeira Capoeira Angola e aqui os homens aprendem a ser leais e justos. [...] A Capoeira Angola, a que aprendi, não deixei mudar aqui na Academia. Os meus discípulos zelam por mim. Os olhos deles agora são os meus.”

(MESTRE PASTINHA *apud* CAPOEIRA EXPORTS, 2011)

Bibliografia consultada

CAPOEIRA EXPORTS. **A Filosofia da Arte-Luta:** pensamentos de Mestre Pastinha. 21 jan. 2011. Disponível em: <https://capoeiraexports.blogspot.com/2011/01/pastinha-filosofia-da-arte-luta.html>. Acesso em: 01 fev. 2021.

ESCOLA DE CAPOEIRA GRUPO SENZALA. **Mestre Pastinha.** Disponível em: http://www.senzala.org.br/documentos/Senzala_-_Mestre_Pastinha.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.

FERREIRA, Bruno. Memórias da mandinga: um estudo alquímico da escrita de si a partir dos manuscritos e arquivos audiovisuais de Mestre Pastinha. *In: Seminário Nacional de Pesquisa de Arte e Cultura Visual: Arquivos, Memórias, Afetos. Anais eletrônicos* [...]. Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás (UFG); Núcleo Editorial FAV, 2015. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/2015.GT1_brunoferreira.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.

GRUPO NZINGA DE CAPOEIRA ANGOLA. **Pastinha** – Mártir da capoeira. Disponível em: <http://nzinga.org.br/pt-br/pastinha-m%C3%A1rtir-da-capoeira>. Acesso em: 01 fev. 2021.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Roda de Capoeira.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>. Acesso em: 01 fev. 2021.

PALMARES – Fundação Cultural. **Vicente Ferreira Pastinha, mestre de capoeira e filósofo popular.** 07 abr. 2016. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=41316>. Acesso em: 01 fev. 2021.

PASTINHA, Vicente Ferreira. **Capoeira Angola por Mestre Pastinha.** 3. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988. Disponível em: <https://portalcapoeira.com/download/capoeira-angola-por-mestre-pastinha/?wpdmdl=13505&refresh=60086dddaccf21611165149>. Acesso em: 01 fev. 2021.

TONINHO MURICY. **Pastinha!** Uma vida pela capoeira. YouTube, 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-unP_tdBiKI&ab_channel=ToninhoMuricy. Acesso em: 01 fev. 2021.

TVE BAHIA. **Mestre Pastinha, Rei da Capoeira** – Documentário. YouTube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Aiufa8mh9fs&ab_channel=PhilipposSavvides. Acesso em: 01 fev. 2021.

CAPÍTULO IX

MARIA ESCOLÁSTICA DA CONCEIÇÃO NAZARÉ: Mãe Menininha

Nascida em 10 de fevereiro de 1894, no Centro Histórico de Salvador, teve como pais Joaquim e Maria da Glória. Ainda criança, foi iniciada para Oxum, no candomblé, escolhida para ser Iyálorixá no terreiro Ilê Iyá Omi Axé Iyamassê, mais conhecido como terreiro de Gantois, fundado em 1849 por sua bisavó.

Figura 9: Mãe Menininha



Fonte: <https://asminanahistoria.wordpress.com/2018/08/20/mae-menininha-do-gantois/>

Aos 28 anos de idade, Mãe Menininha assume o terreiro. Ficou conhecida e respeitada nacionalmente pelo carinho e generosidade com que tratava a todos. Ela comandou o terreiro por mais de 60 anos e foi sucedida por suas filhas biológicas. Faleceu em 1986 por causas naturais.

Mãe Menininha teve grande importância na defesa das religiões de matriz africana, principalmente o candomblé, em tempos de crescente intolerância religiosa. Os terreiros, nas décadas de 1930 e 1970, sofriam constantes batidas policiais, sendo apreendidos objetos de cultos, seus sacerdotes, sacerdotisas e frequentadores. Naquela época, os terreiros tinham que ser autorizados a exercer suas atividades pela Delegacia de Jogos, Costumes e Diversões Pública, com pagamento de taxa, e só podiam funcionar até as 22 horas. Em 1976, o então governador da Bahia, Roberto Santos, por meio de um decreto, liberou as casas de candomblé da obtenção de licença e pagamento de taxas. Mãe Menininha foi uma das articuladoras pelo fim da perseguição formal e informal ao candomblé.

A Iyalorixá também abriu as portas do terreiro para pessoas brancas e de outras crenças religiosas, sempre promovendo a harmonia entre as diferentes crenças e classes sociais. Ela recebia pessoas muito pobres, assim como também recebia chefes de estados. Orientava as filhas a se batizarem e fazerem a primeira comunhão. Convenceu muitos bispos baianos a permitirem a entrada de mulheres vestidas com as roupas tradicionais das religiões de matriz africana nas igrejas. – Inclusive, Mãe Menininha frequentava a Igreja Católica para assistir às missas. Era uma entusiasta da convivência construtiva entre diferentes comunidades de fé, candomblecistas, católicos, evangélicos, judeus, umbandistas, entre outros segmentos religiosos. Intencionava tirar o candomblé do desconhecimento, desfazer os preconceitos e elevar o mesmo ao *status* de religião.

Combinado à liderança do terreiro, Mãe Menininha trabalhava como costureira, bordadeira e quituteira. Foi casada com o advogado Álvaro MacDowell, que não possuía cargo religioso na casa, mas teve forte influência, pois prestou grandes contribuições à luta pela defesa do candomblé e dos membros da comunidade.

Enquanto viva, a casa da Iyalorixá era visitada por personalidades como Jorge Amado, Carybé, Camafeu de Oxóssi, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Maria Bethânia e Dorival Caymmi (que, inclusive, compôs uma canção de louvação à Mãe Menininha, interpretada por Gal Costa e Maria Bethânia). Mãe Menininha recebeu outras homenagens por meio de documentários, enredos de escolas de samba, biografias, artigos acadêmicos, literatura de cordel, discos, reportagens e iconografias.

Ai, minha mãe / Minha mãe Menininha! / Ai, minha mãe / Menininha do Gantois! /
A estrela mais linda, hein / Tá no Gantois / O sol mais brilhante / Tá no Gantois / A
beleza do mundo / Tá no Gantois / A mão da doçura, hein / Tá no Gantois / O
consolo da gente, ai / Tá no Gantois / A Oxum mais bonita, hein / Tá no Gantois...

(Música: *Oração a Mãe Menininha*. Compositor: Dorival Caymmi)

Bibliografia consultada

BISCOITO FINO. **Minha Mãe, oração para Mãe Menininha**. Gal Costa. YouTube, 10 maio 2020. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=7L2ulMSd_cE&ab_channel=BiscoitoFino. Acesso em:
06 jul. 2021.

CARTA CAPITAL. **Mãe Menininha do Gantois e o poder dos terreiros**. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/mae-menininha-do-gantois-e-o-poder-dos-terreiros/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. **Cinco fatos sobre Mãe Menininha do Gantois em defesa da diversidade religiosa no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.iser.org.br/noticia/iser-divulga/cinco-fatos-sobre-mae-menininha-do-gantois-em-defesa-da-diversidade-religiosa-no-brasil/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

MUSEU AFROBRASIL. **Mãe Menininha**. 2014. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/07/17/m%C3%A3e-menininha>. Acesso em: 06 jul. 2021.

PALMARES – Fundação Cultural. **Personalidades Negras: Mãe Menininha de Gantois**. 2021. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=8228. Acesso em: 06 jul. 2021.

CAPÍTULO X

ANTONIETA DE BARROS: 1ª negra a assumir um mandato popular

Nascida em 11 de julho de 1901, em Florianópolis, Santa Catarina, filha de Catharina Waltrich (em algumas obras, encontra-se como Catarina de Barros), a menina foi criada pela mãe, ex-escravizada que, vinda de Lages, trabalhava como lavadeira em Florianópolis (também teria trabalhado como empregada doméstica na casa da família Ramos). Sobre o pai dela, não se sabe ao certo quem foi, uma vez que ele não aparece no registro batismal. Antonieta também tinha uma irmã mais velha, chamada Maria do Nascimento, e dois irmãos mais jovens, Cristalino e Leonor Barros.

Figura 10: Antonieta de Barros



Fonte: <http://www.letras.ufmg.br/literafr/autoras/57-antonieta-de-barros>

Antonieta foi alfabetizada aos cinco anos e cursou o ensino primário na Escola Lauro Müller. Aos 17 anos, foi estudar na Escola Normal Catarinense, na qual veio a lecionar entre os anos de 1936 e 1945. Logo depois de formada na Escola Normal em 1922, Antonieta, com sua irmã Leonor, fundou o curso particular Antonieta de Barros, que se dedicava a alfabetizar crianças e, também, um curso preparatório para adultos, o que incluía alunos de classes populares na condição de voluntários. A escola esteve ativa de 1922 até 1965, mesmo após a morte de Antonieta, sob o comando de Leonor.

Além de professora, Antonieta participou de associações como o Centro Cívico das Normalistas e a Liga do Magistério; escrevia na coluna *Farrapos de Ideias*, para o jornal *República* e, posteriormente, para o jornal *O Estado*, ocupando a primeira página desses periódicos. Ela sempre defendeu a educação como sendo a principal arma para a ascensão social das classes mais pobres, e não se via como feminista, mas comungava com as pautas

feministas por direitos. Para ela, a suposta desigualdade intelectual que poderia existir entre homens e mulheres, na época, se dava por causa da falta de acesso e investimento na educação feminina.

Em 1934, primeiro ano em que as mulheres podiam votar e ser votadas, Antonieta candidatou-se ao cargo de deputada estadual pelo Partido Liberal Catarinense (PLC). Nessa época, ela já era conhecida por sua atuação na educação e na imprensa; foi eleita, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada no estado de Santa Catarina e a primeira mulher negra do país a ocupar tal cargo.

Em 1937, foi impedida de exercer sua função por causa do golpe do Estado Novo. Depois do golpe, Antonieta dedicou-se principalmente à docência e, a partir de 1945, com a queda do Estado Novo, ela voltou a ocupar um cargo no Legislativo Estadual e concorreu à deputada estadual, novamente filiada ao Partido Social Democrático (PSD).

No segundo mandato, elaborou e ajudou a aprovar o projeto que criou os cargos de Diretor de Grupo Escolar e Inspetor Escolar, os quais deveriam ser contratados por meio de concurso público, além de defender bolsas de estudos para alunos carentes cursarem o ensino superior. Também foi Antonieta quem elaborou o projeto de lei que instituiu o dia 15 de outubro como feriado escolar, o Dia do Professor (Lei nº 145, de 12 de outubro de 1948). Ela permaneceu no cargo de deputada até 1951, e só deixou a política por complicações de saúde, vindo a óbito em março do ano seguinte.

Durante toda a sua vida jornalística, Antonieta nunca mencionou sua cor ou fez militância racial. Há apenas um texto em que fala de sua cor em resposta ao colega de bancada Oswaldo Rodrigues Cabral, que a acusava de escrever “intrigas baratas de senzala”. Ela tem recebido inúmeras homenagens, tais como um nome de rua, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e na Câmara de Vereadores de Florianópolis.

Em 2019, um painel em sua homenagem foi inaugurado na Rua Tenente Silveira, no Centro de Florianópolis, dos artistas Thiago Valdi, Tuane Ferreira e Gugie, e também o livro infantil *Antonieta*, de Eliane Debus, lançado na Assembleia Legislativa do estado catarinense.

“Queria ser professora e o foi plenamente, sendo considerada uma das melhores educadoras do seu tempo [...] E venceu em sua própria terra. E a maldade dos medíocres não prevaleceu contra o seu extraordinário destino” (ESPÍNDOLA, 2015, p. 102).

Bibliografia consultada

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Antonieta de Barros**: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX. 2015. 282 f. Tese (Doutorado) – Curso de Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A2NGEK/1/tese_elizabete_espindola_pdf.pdf. Acesso em: 16 out. 2020.

HERÓIS DE TODO MUNDO. **Antonieta de Barros**. Disponível em: <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroi/antonetadebarros>. Acesso em: 16 out. 2020.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Antonieta de Barros**. Biografia. 2020. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta_de_Barros/. Acesso em: 15 out. 2020.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros**: uma história. 2001. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Curso do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81514>. Acesso em: 16 out. 2020.

CAPÍTULO XI

CLEMENTINA DE JESUS DA SILVA: Quelé, a voz da África no Brasil

No dia 7 de fevereiro de 1902, nascia Clementina de Jesus da Silva em Valença, Rio de Janeiro, filha de Amélia de Jesus dos Santos, parteira, rezadeira e filha de escravos, e de Paulo Batista dos Santos, que trabalhava como pedreiro e carpinteiro, descendente de escravizados bantos, com costumes da civilização do Congo.

Figura 11: Clementina de Jesus



Fonte: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/725125-clementina-120-anos-da-rainha-quele/>

Durante a infância em Valença, Clementina morava com os pais em uma casa atrás da igreja, que havia sido construída pelo pai. No fundo da casa, passava um córrego onde a mãe lavava roupas, e Tina (seu apelido de infância), responsável por preparar o cachimbo da mãe, ficava ao seu lado de cócoras, ouvindo sua cantoria. E assim, a história e a cultura banto iam sendo passadas oralmente pela mãe.

Em 1908, Clementina muda-se com a família para o Rio de Janeiro. Quelé, como era chamada, estudou em um semi-internato católico, aprendendo rezas católicas e, em casa, aprendia cantos africanos com a mãe. No semi-internato, pela manhã, tinha aulas regulares e, à tarde, participava de diversas atividades, entre elas, aulas de canto. Como se destacava, fazia parte do coro da igreja e também cantava nas missas. Vale lembrar que estudar era uma raridade naquela época. Ainda na infância, cantava em um grupo que encenava o trajeto dos Reis Magos a Belém.

Na década de 1920, Quelé participava de um bloco carnavalesco chamado Come Mosca, do qual se tornou uma das diretoras. Tempos depois, esse bloco viria a se tornar a Portela. A moça acompanhava as rodas de samba da Portela, que ficava perto de sua casa. Em

1940, ela se integra à escola de samba Estação Primeira, casando-se com o mangueirense Albino Pé Grande, companheiro que Quelé elogia muito no documentário *Clementina de Jesus – Rainha Quelé*.

Clementina segue a vida trabalhando como doméstica e cantando para os amigos nos festejos, quando, em 1963, o poeta e compositor Hermínio Bello de Carvalho se encanta com a voz dela. Segundo o compositor, sua voz e musicalidade eram um elo entre a ancestralidade musical africana e o samba urbano. Ainda na mesma época, Quelé, que se dizia cristã católica, também participava de manifestações religiosas de matriz africana, pois tinha um terreiro próximo à sua casa, no qual puxava os pontos de trabalho.

Depois de seu encontro com Hermínio Bello de Carvalho, a então sexagenária Clementina começa sua carreira musical de forma profissional. O compositor produz o espetáculo *Rosa de Ouro*, que tem como fruto o primeiro LP de Clementina (1965), e um segundo álbum com o mesmo nome, lançado dois anos depois. Quelé cantava estrofes de improviso e lembranças da tradição oral transmitidas por sua mãe.

Em 1966, Quelé compôs a delegação brasileira do Festival Mundial de Arte Negra em Dacar, Senegal, e o Festival de Cinema de Cannes, na França. Ela gravou quatro LPs solos e participou de diversos outros, com vários artistas, como Pixinguinha e Milton Nascimento. *O canto dos escravos* foi o último álbum de Clementina.

Em 1968, ela gravou três discos: *Gente da antiga*, *Mudando de conversa* e *Fala, Mangueira*. Em 1970, lança o álbum *Clementina, cadê você?* Em 1973, lança o disco *Marinheiro só* e, em 1982, *O canto dos escravos*. Ela fascina muitos músicos da MPB, mas seus discos nunca tiveram muitas vendas, e foi vítima de racismo no Teatro Paramount, em São Paulo, onde jovens lhe gritavam: “Fora, macaco!” Em 19 de julho de 1987, ela vem a falecer, em função de um derrame.

“Meus filhos, vocês todos, meu muito obrigada a todos, sua velha vai embora.”
(Clementina de Jesus)

“Clementina brilhou como vaga-lume da resistência, se expandiu como *baobá* atravessando o tempo, caminhou como *Nanã* transmitindo sabedoria e se divertiu como *Exu* na encruzilhada”
(SILVA, 2016, p. 143).

Bibliografia consultada

CASTRO, Felipe, *et al.* **Quelé, a voz da cor**: biografia de Clementina de Jesus. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HERÓIS DE TODO MUNDO. **Clementina de Jesus da Silva**: Clementina de Jesus ou Quelé (1901/2?-1987). Disponível em:
<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroi/clementinajesus>. Acesso em: 23 nov. 2020.

IZEL, Adriana. Lembra da cantora Clementina de Jesus? Livro resgata trajetória da cantora. **Correio Braziliense**, 07 fev. 2017. Disponível em:
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/02/07/interna_diversao_arte,571345/lembra-da-cantora-clementina-de-jesus-livro-resgata-trajetoria-da-can.shtml. Acesso em: 23 nov. 2020.

SILVA, Carlos Alberto Silva da. **Clementina de Jesus**: um corpo cultural, ancestral e da indústria cultural. 2016. 163 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Florianópolis, 2016. Disponível em:
<https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/2120/Tese%20-%20finalI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 nov. 2020.

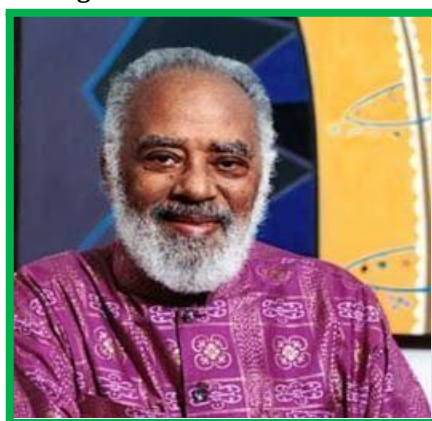
VIMEO. **Clementina de Jesus – Rainha Quelé**. (56min34s.) Disponível em:
<https://vimeo.com/301702668>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CAPÍTULO XII

ABDIAS NASCIMENTO: O inflamado agitador

Nascido em Franca, interior de São Paulo, em 14 de março de 1914, numa família pobre, constituída pela mãe Georgina, o pai José e mais seis irmãos. A avó materna, dona Ismênia, teria sido escrava, assim como muitos moradores de Franca. O pai era sapateiro e a mãe trabalhava como doceira, cozinheira e ama de leite.

Figura 12: Abdias Nascimento



Fonte:

http://3.bp.blogspot.com/_4cTuXmX6iw/Sw121LbzXYI/AAAAAAAAAEKY/wy1PMFetcvM/s400/Abdias+3.jpg

Abdias passou toda a infância em Franca. Aos 9 anos, já trabalhava entregando leite e carne para as famílias mais abastadas, antes de começar as aulas no grupo escolar Coronel Francisco Martins. Embora seu pai fosse sapateiro, o menino andava descalço, mas conseguiu comprar seu primeiro par de sapatos com o dinheiro das entregas. Aos 12 anos, ele foi trabalhar em um consultório médico fazendo faxina e cuidando dos materiais usados nos exames, e também cuidava de um consultório quando o dentista viajava; lá, tinha acesso a uma biblioteca enorme, onde leu obras como *Os Sertões* e *À Margem da História*, de Euclides da Cunha, e também *A Carne*, *O Ateneu*, *A República*, entre outros.

Abdias começa a ter gosto pela dramaturgia a partir do circo, das celebrações de Natal, da Festa de Reis, das encenações da Semana Santa e do teatro de fantoches da escola, em que, apesar de ter as falas decoradas, não o deixavam participar. Aos 11 anos, o garoto começa a estudar na Escola de Comércio do Ateneu Francano, no turno da manhã. À tarde, ele trabalhava e, à noite, fazia o curso de contabilidade. Aos 15 anos, o jovem vai para São Paulo,

falsifica documentos para entrar no exército e estuda economia na Escola do Comércio Álvares Penteado.

Em 1930, Abdias participa do movimento Frente Negra Brasileira (FNB), que reivindicava a igualdade de direitos para os negros na sociedade brasileira. Em 1936, ele vai para o Rio de Janeiro e, em 1938, forma-se em economia pela Universidade do Rio de Janeiro. Também fez parte da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização inspirada no fascismo, que defendia uma identidade nacionalista. É nessa época que Abdias convive com grandes intelectuais e começa a entender de arte, literatura, economia, educação etc. Foi trabalhar no jornal *O Radical* da AIB, onde sofreu discriminações raciais e acabou por deixar o trabalho e a organização, a qual criticaria mais tarde.

Além disso, Abdias começa a frequentar terreiros de candomblé, onde faz amizades com importantes intelectuais negros, como o poeta Solano Trindade, chegando a conhecer melhor sua origem. Nesse mesmo tempo (Estado Novo), é pego panfletando e passa seis meses preso na penitenciária Frei Caneca, onde conviveu com integrantes do Partido Comunista. No mesmo ano, vai para Campinas, para o Congresso Afro-Campineiro, a fim de discutir e organizar a resistência contra as discriminações raciais.

Em 1943, Abdias é preso novamente na penitenciária do Carandiru, onde permanece por um ano. Nesse espaço de confinamento, ele ensaia e dirige encenações dramáticas; ali, nascia o Teatro do Sentenciado: os presos montavam os palcos, faziam os vestuários e as peças eram assistidas por diretores e guardas da penitenciária.

Em 1944, já livre, Abdias funda o Teatro Experimental do Negro (TEN), sendo esta uma experiência de conscientização na luta dos negros por cidadania e pela valorização do negro no teatro, que até então não existia (para representar os negros em peças de teatro, na época, os brancos se pintavam de preto; *black face*). No TEN, havia aulas de interpretação, alfabetização e cultura geral. A partir daí, ele organiza encontros nacionais para discutir a condição do negro, como a Conferência Nacional do Negro (1949) e o 1º Congresso do Negro Brasileiro (1950); também funda o jornal *Quilombo* e o Museu de Arte Negra.

Em 1961, Abdias publica o livro *Dramas para negros e prólogos para brancos*, com peças que tratam da cultura negra. O TEN faz muitas denúncias de discriminações sofridas pelos negros; como exemplo, em 1964, a Unesco e o governo brasileiro patrocinam um Seminário Internacional da Cultura Negra, no Rio de Janeiro, sem a representação dos negros brasileiros, o que é denunciado pelo TEN.

Nos anos de 1970, já no exílio, torna-se professor da Universidade do Estado de Nova York, em Buffalo, onde fundou a cadeira de Culturas Africanas do Novo Mundo, e foi professor visitante na Universidade de Yale e na Universidade de Ifé, na Nigéria. A partir daí, participou de congressos e fóruns nos Estados Unidos, África e Caribe, sendo o primeiro negro brasileiro pan-africano a participar dos debates antirracistas.

Na volta do exílio, em 1981, com o apoio de Dom Evaristo Arns, Abdias criou em São Paulo o Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), onde ministrou cursos de extensão e vários seminários. Na mesma época, possibilitou a criação da Secretaria do Movimento Negro do PDT.

Em 1982, presidiu na PUC/SP o 3º Congresso de Cultura Negra das Américas, e, ainda no mesmo ano, foi eleito deputado federal e dedicou o seu mandato (1983-1987) à luta antirracista. Nos anos de 1990, como senador, denuncia o genocídio do povo negro em curso no país. De 1985 a 1995, ministrou o curso *Sankofa: Conscientização da Cultura Afro-Brasileira*. Em 1991, ganhou prestígio junto aos professores quando promoveu o 1º Fórum sobre Ensino da História das Civilizações Africanas, na escola pública, com centenas de educadores.

Em 1997, na 52ª Assembleia Geral das Nações Unidas, ele criticou a delegação composta de pessoas brancas, as quais faziam declarações sobre as questões étnico-raciais no Brasil, assim como fizera duas décadas antes em Lagos, antiga capital da Nigéria, onde representantes oficiais do Brasil tentaram impedir sua fala no II Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas.

Como político, Abdias apresentou inúmeros projetos: PL nº 1.332/1983, que dispõe sobre medidas compensatórias em favor dos negros; PL nº 1.661/1983, que tornaria a discriminação de pessoas em razão de cor, raça ou etnia em crime de lesa-humanidade; Projeto de Resolução nº 1.361/1983, para a construção do memorial ao escravo desconhecido na Praça dos Três Poderes; Projeto de Resolução nº 1.550/1983, para tornar o dia 20 de novembro, morte de Zumbi dos Palmares, como feriado nacional; PL nº 3.765/1984, de utilidade pública para a Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Axipá, pela preservação da religiosidade africana; PL nº 3.196/1984, para a reserva de 40% das vagas nos concursos vestibulares do Instituto Rio Branco para candidatos de etnia negra; PL nº 5.466/1985, para a instituição do dia 27 de abril como o dia nacional da empregada doméstica. Ainda, no mesmo

ano, sugere o rompimento do Brasil com a África do Sul, por conta do *apartheid* e o massacre dos brancos contra os negros sul-africanos.

Abdias do Nascimento, em 1980, ativista social brasileiro, artista plástico, político, escritor, poeta e dramaturgo, dedica “[...] aos jovens negros do Brasil e do mundo, continuidade da luta por um tempo de justiça, liberdade e igualdade, onde os crimes do racismo não possam jamais se repetir”.

Bibliografia consultada

ABDIAS NASCIMENTO. In: ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa359885/abdias-nascimento>. Acesso em: 28 out. 2020.

ALMADA, Sandra. **Abdias Nascimento**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

HERÓIS DE TODO MUNDO. **Abdias do Nascimento (1914-2011)**. Disponível em: <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroi/abdiasnascimento>. Acesso em: 28 out. 2020.

IPEAFRO – Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros. **Projeto de Lei nº 3.196 de 1984** (do Sr. Abdias do Nascimento). Disponível em: http://www.abdias.com.br/atuacao_parlamentar/deputado_lei.htm. Acesso em: 28 out. 2020.

IRAHETA, Diego. Quando um herói nacional é negro: Abdias do Nascimento e a história que não aprendemos. **Portal Geledés**, 02 ago. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quando-um-heroi-nacional-e-negro-abdias-do-nascimento-e-a-historia-que-nao-aprendemos/>. Acesso em: 28 out. 2020.

LITERAFRO – O portal da literatura afro-brasileira. **Abdias Nascimento**. Dados biográficos. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/462-abdias-nascimento>. Acesso em: 28 out. 2020.

CAPÍTULO XIII

CAROLINA MARIA DE JESUS: A Shakespeare da cor

Nascida em 14 de março de 1914, em Sacramento, Minas Gerais, Carolina Maria de Jesus (Bitita) era filha de João Cândido Veloso e Maria Carolina de Jesus, negros pobres, que foram para a cidade no início das atividades pecuárias. Dona Cota, como era chamada a mãe de Carolina, trabalhava como doméstica, e o pai da menina era um “poeta boêmio” que, segundo relatos, ela não chegou a conhecer.

Figura 13: Carolina Maria de Jesus



Fonte: <https://www.oblatassr.org/carolina-de-jesus-espiritualidade/>

Em 1921, Carolina foi matriculada no Colégio Allan Kardec, onde a senhora Maria Leite, para quem a mãe da menina trabalhava como lavadeira, a manteve por dois anos. No início, ela teve dificuldades com o aprendizado e com a convivência escolar, mas, aos poucos, aprendeu a ler e escrever, e a primeira obra que leu foi *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, livro emprestado por uma vizinha, já que não havia livros na casa da menina, pois todos os seus familiares eram analfabetos.

Carolina tinha um problema de saúde que lhe deixava as pernas com feridas. Na busca por tratamento médico, vai parar no Asilo São Vicente de Paulo, onde recebe cuidados médicos e moradia. Em troca, fica responsável por lavar todas as roupas do asilo.

Tempos depois, ela volta para sua cidade natal, Sacramento, e, por seus hábitos de leitura, é presa junto com sua mãe, que tenta defendê-la da acusação de ler o livro de São Cipriano para fazer feitiços contra os brancos. Depois desse episódio, mãe e filha se mudam para Franca (SP), e Dona Cota consegue um trabalho, porém Carolina não, em função de suas

pernas doentes. Algum tempo depois, já curada e trabalhando, a moça vai para São Paulo, a capital, e sua mãe volta para Sacramento.

Em 1937, já em São Paulo, ela vai trabalhar como doméstica, mas nunca se ajusta a trabalhos desse tipo. Vai morar na favela Canindé com seus três filhos, que ela mesma criou sozinha, chegando a construir seu próprio barraco e vivendo de catar papéis pelas ruas da cidade. Como sempre gostou muito de ler, também cultivou o hábito de escrever, registrando sua vida cotidiana, onde definiu a favela como o quarto de despejo da sociedade.

Na década de 1950, o jornalista Audálio Dantas interessou-se pelos escritos de Carolina e se empenhou em publicá-los. Em 1960, é lançado o livro *Quarto de despejos: Diário de uma favelada*, que foi um enorme sucesso, chegando a vender, em uma semana, 10 mil exemplares. O livro trazia a batalha diária de Carolina, fazia crítica aos políticos e à carestia dos gêneros alimentícios, e também trazia o orgulho e a beleza de ser negra, além de evidenciar o racismo. O lançamento do livro foi muito badalado, e a livraria Francisco Alves estava cheia de pessoas. Personalidades como o jogador Pelé, o escritor e integrante do movimento negro, Clóvis Moura, o dramaturgo Benedito Ruy Barbosa e muitos outros famosos estavam presentes. No entanto, escritores consagrados boicotaram o lançamento.

Nessa época, Carolina era convidada para inúmeros eventos e homenagens de instituições do movimento negro, bem como para programas de rádio e televisão. Ela aparecia sempre muito bem-apresentada, com longos vestidos, turbantes e adornada de colares e brincos. Foi também muito procurada por aproveitadores que lhe pediam dinheiro; gastou muito com roupas, viagens e com um novo livro, *Casa de Alvenaria*, que não teve o retorno esperado, pois vendeu pouco.

Em *Casa de Alvenaria*, Carolina fez duras críticas à sociedade com a qual conviveu, nessa ocasião, a classe média. Na mesma época, ela também gravou um disco com canções inspiradas em sua vivência na favela, o que também lhe custou muito dinheiro, trazendo-lhe, como retorno, somente críticas.

Com o dinheiro acabando, Carolina compra um sítio em Parelheiros, a 40 km de São Paulo. Também, com o dinheiro que ganha para a realização do filme baseado no livro *Quarto de despejos*, amplia a compra de terras no sítio e contrata um empreiteiro para fazer a casa. Contudo, tendo acabado o dinheiro, a casa ficou incompleta, sem janelas e portas. Com o pouco dinheiro que ainda receberá das traduções, ela foi convencida a publicar outros livros, que receberam os títulos de *Pedaços de fome* e *Provérbios*, os quais não fizeram muito

sucesso. Já sem dinheiro, ela volta a catar coisas pelas ruas, mas acaba sendo destratada pelos outros catadores, que alegavam que ela era rica.

Nessa época, 1964, Carolina aluga a casa onde vivia, em Santana, São Paulo, emuda-se para Parelheiros, onde faz plantações que garantem o sustento da família; também criava galinhas e porcos. A partir daí, ela não consegue mais obter a atenção da mídia.

Enfim, em 1977, com 62 anos, Carolina vem a óbito, com bronquite asmática e insuficiência respiratória crônica. Ela foi esquecida pelo público e pela imprensa. Também foi caluniada por críticos, os quais alegavam que quem havia escrito o livro foi o jornalista, e não ela mesma. No entanto, depois de sua morte, muitos outros escritos da autora vieram à tona, os quais a confirmaram como escritora. Nas publicações póstumas, há os seguintes títulos: *Diário de Bitita*, *Meu estranho diário*, *Antologia pessoal* e *Meu sonho de escrever*.

No ano de 2021, no dia 25 de fevereiro, em sessão remota do CONSUNI/UFRJ transmitida pela webTV UFRJ, Carolina Maria de Jesus é consagrada com o título de Doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

“O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo e nas crianças.”

(Carolina Maria de Jesus)

Bibliografia consultada

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras**: em 15 cordéis. São Paulo: Pólen, 2020.

ARRUDA, Aline Alves. Carolina: uma biografia, relato fascinante sobre a trajetória de uma escritora necessária. **Literafro** – O portal da literatura afro-brasileira, 2019. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/resenhas/ensaio/1085-carolina-uma-biografia-relato-fascinante-sobre-a-trajetoria-de-uma-escritora-necessaria#:~:text=A%20biografia%20escrita%20pel o%20jornalista,ao%20lado%20da%20m%C3%A3e%2C%20Cota>. Acesso em: 06 nov. 2020.

CPDEL/UFRJ Decolonial Libertário e Antirracista! **Parecer sobre o título de Doutora *Honoris Causa* para Carolina Maria de Jesus enviado para congregação**. Disponível em: <https://cpdel.ifcs.ufrj.br/parecer-sobre-o-titulo-de-doutora-honoris-causa-para-carolina-maria-de-jesus-enviado-para-congregacao/>. Acesso em: 06 nov. 2020.

FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Male, 2018.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: Diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2019.

TV ASSEMBLEIA – AL. **Frente a frente Tom Farias**. YouTube, 04 nov. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6wBHK6DS5tY&ab_channel=TVAssembleiaAL. Acesso em: 06 nov. 2020.

TVE – RS. **Carolina de Jesus** (parte 1). YouTube, 18 set. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E5V8SvEN2II&ab_channel=TVERS. Acesso em: 06 nov. 2020.

CAPÍTULO XIV

HENRIETTA LACKS: A mulher de células imortais

Nascida em 1º de agosto de 1920, em Roanoke, Virgínia, EUA, Henrietta Lacks teve nove irmãos. No parto do irmão mais novo, sua mãe veio a falecer, e os irmãos foram separados e passaram a viver com os parentes. Henrietta, com quatro anos, foi morar em Clover com o avô Tommy Lacks, que já criava um outro neto chamado David Lacks, que mais tarde se tornaria marido dela.

Figura 14: Henrietta Lacks



Fonte: <https://www.blogs.unicamp.br/cienciapelosolhosdelas/2017/07/29/henrietta-lacks/>

Desde criança, Henrietta, junto com os primos, já trabalhava no sítio onde morava ordenhando vacas, cuidando da horta e, principalmente, trabalhando na plantação de tabaco. Para ir à escola, a menina tinha que andar mais de três quilômetros até a escola para negros (seu país viveu em segregação racial até a década de 1960), onde estudou até a 7ª série.

Aos 14 anos, Henrietta teve seu primeiro filho, Lawrence; quatro anos depois, nascia Lucile Elsie. Em 1941, ela se muda com os filhos para Baltimore, a fim de se juntar ao marido David, que já estava na cidade a trabalho. Em 1949, quando estava com 29 anos, ficou grávida do quinto filho, Joseph, já percebendo que havia um caroço dentro de si. Os filhos de Henrietta nascidos antes de Joseph são Deborah e David Junior.

Em janeiro de 1951, Henrietta vai ao Hospital Johns Hopkins, um hospital de caridade para pessoas enfermas e pobres, e o único hospital da região que atendia pacientes negros, embora os segregasse em enfermarias para “gente de cor”, onde até os bebedouros eram separados. O ginecologista que a atendeu, Howard Jones, a examinou e encontrou uma massa dura de cor púrpura brilhante que sangrava ao toque; então tirou uma amostra para exame.

Jones enviou a amostra retirada de Henrietta para George Gey, pesquisador-chefe de cultura de tecidos do hospital. O diagnóstico foi câncer no colo do útero, estágio I. Depois do diagnóstico, ela volta ao hospital e se submete a uma bateria de exames.

O tratamento é à base de rádio: o metal é depositado no colo do útero com uma placa contendo a mesma substância na parte externa e costurada. Antes da cirurgia, com Henrietta já desacordada, foram retiradas mais amostras do colo de seu útero, uma do tumor e outra de tecido saudável, sem consentimento ou conhecimento dela ou da família. Dois dias depois, o rádio foi removido e ela recebeu alta, tendo que voltar ao hospital a cada duas semanas.

Durante o tratamento, o tumor de Henrietta desapareceu, mas continuava a radioterapia para garantir que não restasse alguma célula cancerosa. Porém, duas semanas depois, Henrietta teve um sangramento muito forte que cessou durante a terapia. No entanto, ela estava perdendo as forças, e seu corpo, dos seios até a bacia, estava muito escuro, queimado pelo rádio. Em junho do mesmo ano, ela disse aos médicos que achava que o câncer estava se espalhando dentro dela, mas eles nada encontraram. Semanas depois, os órgãos internos de Henrietta estavam tomados de tumores e, a cada dia, os médicos aumentavam a dose de radioterapia na esperança de que os tumores diminuíssem. Isso não deu certo, e Henrietta veio a óbito em 4 de outubro de 1951.

Com a posse das células de Henrietta, o Dr. Gey percebe que elas são capazes de sobreviver em meio de cultura e se multiplicam muito rápido. Ele as envia, então, para vários cientistas, de vários lugares do mundo, para usá-las em pesquisas sobre o câncer, sob o pseudônimo de HeLa, sendo submetidas a muitas toxinas, radiações e infecções utilizadas em ratos.

As células HeLa foram primordiais para a vacina contra a poliomielite. Foi por meio delas que foi possível a visualização dos cromossomos pela primeira vez. Rodaram-nas em centrífugas, para simular a gravidade, e foram fundidas com células de animais e vegetais originando células híbridas. Também, por meio das células HeLa, foi possível descobrir o vírus HPV. Até hoje, elas são amplamente usadas em pesquisas compradas e vendidas a altos preços. Tem-se hoje uma indústria multibilionária de materiais biológicos humanos.

Contudo, os familiares de Henrietta nunca foram consultados sobre o uso das células HeLa, e nunca lhes foi explicado o que significava as células serem imortais. Na época, os irmãos e filhos de Henrietta eram muito humildes, e não tinham nenhum conhecimento de ciências. A família ficou muito exposta depois que o nome de Henrietta Lacks veio à luz, e muitas pessoas tentaram se aproveitar disso.

“Queiramos ou não, vivemos numa sociedade voltada para o mercado, e a ciência faz parte desse mercado” (SKLOOT, 2011, p. 404).

Bibliografia consultada

HENRIETTA LACKS, a mulher imortal. **Só Biologia**, 2008-2021. Disponível em: <https://www.sobiologia.com.br/conteudos/jornal/noticia3.php>. Acesso em: 08 fev. 2021.

HENRIETTA LACKS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Henrietta_Lacks. Acesso em: 08 fev. 2021.

HOMENAGEM a Henrietta Lacks e suas células. **Pesquisa FAPESP**, ed. 273, nov. 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/homenagem-a-henrietta-lacks-e-suas-celulas/>. Acesso em: 08fev. 2021.

HUECK, Karin. HeLas: as células que dominaram o mundo. **Superinteressante**, 01 maio 2011. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/helas-as-celulas-que-dominaram-o-mundo/>. Acesso em: 08fev. 2021.

PRATESI, Bruna. A imortalidade do útero de Henrietta Lacks: um olhar literário sobre questões éticas, de gênero e raça. **Amazônica** – Revista de Antropologia da Universidade Federal do Pará, v. 10, n. 1, p. 58-80, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5854/4853>. Acesso em: 08 fev. 2021.

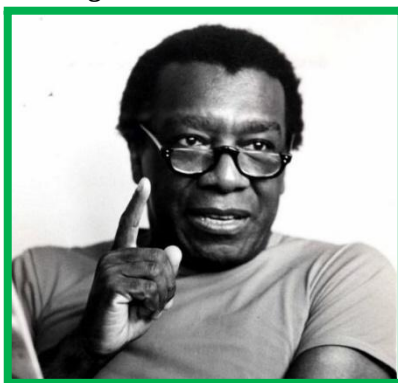
SKLOOT, Rebecca. **A vida imortal de Henrietta Lacks**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CAPÍTULO XV

MILTON ALMEIDA DOS SANTOS: Por uma outra globalização

Nascido em Brotas de Macaúbas, interior da Bahia, no dia 3 de maio de 1926, filho de Adalgisa Umbelina de Almeida Santos e Francisco Irineu dos Santos. Seus pais eram professores e lhe davam aulas em casa, onde aprendeu álgebra, francês e boas maneiras. Os avós de Milton, ainda na escravidão, na condição de emancipados, também lecionavam. Sua família tinha uma vida de classe média.

Figura 15: Milton Santos



Fonte: <https://revistacaliban.net/entrevista-milton-santos-esp%C3%A7o-tempo-e-solid%C3%A3o-a00a87807c1c>

Aos 10 anos, Milton entra para a escola formal, no colégio interno Instituto Baiano de Ensino. Nessa instituição, tem acesso a clássicos da literatura e filosofia, e faz leituras de Josué de Castro, em especial, a obra *Geografia Humana: estudo da paisagem cultural do mundo*. Aos 15 anos, nos momentos de folga, ensina os colegas mais novos. Aos 18, passa para o curso de Direito na Universidade Federal da Bahia, em Salvador.

Em 1944, fez a graduação em Direito, que, na época, era um lugar de formação geral, sendo, durante o curso, um militante político. Ao terminar a graduação, passa em um concurso e é admitido no Ginásio Municipal de Ilhéus, e também se torna correspondente do periódico *A Tarde*.

Em 1953, aprovado em outro concurso, ocupou a cadeira de Geografia Humana na Faculdade Católica de Salvador. Em 1956, passa a ser o redator-chefe do jornal *A Tarde*. No mesmo ano, participa do Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), no Rio de Janeiro, onde conhece o geógrafo francês Jean Tricart, de quem se torna amigo e aluno. Em

1958, doutora-se na França, na Universidade de Strasbourg, sob a orientação do professor supracitado, com a tese intitulada *O centro da cidade de Salvador*.

Em 1959, Milton cria a Associação dos Geógrafos Brasileiros, o *Boletim Baiano de Geografia* e funda o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais na Faculdade Federal da Bahia, e passa a presidir a Imprensa Oficial do Estado da Bahia. Em 1961, acompanhou o então presidente Jânio Quadros a Cuba, sendo nomeado pelo próprio presidente como subchefe da Casa Civil da Bahia.

Em 1962, preside a Comissão Estadual de Planejamento Econômico (CEP), apresentando propostas como a taxação das grandes fortunas, e denuncia as condições precárias dos trabalhadores do campo. Com essas posições, em plena ditadura militar, Milton foi demitido e preso por 60 dias no Quartel do Cabula, em Salvador, e, depois de um princípio de infarto, foi exilado até 1977.

Trabalhou como professor convidado em universidades de Paris, Toulouse (1964 a 1967) e Bordeaux (1968), sendo, no mesmo ano, contratado na Sorbonne (1968 a 1971). Nessa época, já era conhecido como um dos principais líderes da geografia do terceiro mundo. De 1971 a 1977, Milton atende a convites, trabalhando nos Estados Unidos, Canadá, Venezuela e Tanzânia.

De volta ao Brasil (1977), Milton já havia publicado 17 livros e 119 artigos em importantes periódicos e, no mesmo ano, lança o livro *Por uma geografia nova*, e faz um curso de extensão na Universidade Federal da Bahia (UFBA) sobre A Cidade Mundial de Nossos Dias, que reúne em torno de 200 pessoas de diversas partes daquele estado. Desde que chegou ao Brasil até 1984, realiza trabalhos esporádicos, já que a UFBA não expressa interesse em reintegrá-lo ao quadro de professores. Nesse último ano (1984), é concursado pela Universidade de São Paulo (USP), na qual fica vinculado até se aposentar.

Embora Milton Santos fosse um renomado intelectual, o racismo sempre se fez presente em sua vida. Certa vez, foi impedido de entrar na USP, pois o porteiro, que também era negro, recusou-se a acreditar que Milton fosse professor da instituição. A questão racial nunca foi central nos seus estudos, mas ele falou que a luta contra o racismo tem que ser de toda a sociedade brasileira, e não somente dos negros.

Dono de um currículo com quase 90 páginas, Milton Santos vem a falecer aos 75 anos, vítima de câncer, e deixa como legado mais de 40 livros publicados em diversos idiomas e quase 400 artigos. Também recebeu 20 títulos de Doutor *Honoris Causa* em

universidades brasileiras, latino-americanas e europeias; recebeu, em 1994, o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, maior honraria na área da geografia. Em 1997, ganhou o título de Professor Emérito da USP. Ainda, no mesmo ano, ganhou o Prêmio Jabuti para o melhor livro de Ciências Humanas, com a obra intitulada *A natureza do espaço*.

Em suas obras, Milton sempre teve um posicionamento crítico ao capitalismo, e defendia o uso social do espaço como a principal preocupação de um geógrafo. No seu livro *Por uma nova globalização*, ele defende uma globalização diferente da que está posta, e observa que informação e dinheiro são vilões, pois grande parte da população não tem acesso a essas coisas.

“Por causa dessa geopolítica que se instalou proposta pelos economistas e imposta pela mídia, o centro do mundo, hoje, não é o homem, é o dinheiro. Isso abriu espaço para qualquer forma de barbárie, pela qual a gente deixa morrer crianças, velhos e adultos tranquilamente.”
(Milton Santos)

“Intelectual é o indivíduo que tem um compromisso único com a verdade e que está muito mais preocupado com o prestígio do que com o poder.”
(Milton Santos)

Bibliografia consultada

CALIBAN – Cinema e Conteúdo. **Encontro com Milton Santos**: o mundo global visto do lado de cá. YouTube, 2006. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=ifZ7PNTazgY&ab_channel=CALIBANcinemaeconte%C3%Bado. Acesso em: 30 nov. 2020.

MILTON SANTOS foi um dos intelectuais mais importantes do país. **Folha de São Paulo**, 24 jun. 2001. Publicidade. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u21561.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PAIXÃO, Mayara. O legado de Milton Santos: um novo mundo possível surgirá das periferias. **Brasil de Fato**, São Paulo, 03 maio 2009. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/03/o-legado-de-milton-santos-um-novo-mundo-possivel-surgira-das-periferias>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (orgs.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Milton Almeida dos. **Curriculum Vitae**. Jun. 2001. Disponível em:
http://www.miltonsantos.com.br/site/miltonsantos_curriculum.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

SANTOS, Nina, *et al.* **Milton Santos**. Biografia. 2011. Disponível em: <http://miltonsantos.com.br/site/biografia/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SILVA, Maria Auxiliadora da. **Milton Santos**: a trajetória de um mestre. 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124f.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

TV BOLIVA. **Milton Santos fala sobre a condição do negro no Brasil**. YouTube, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bvEgzA6SACA&ab_channel=TvBoliva. Acesso em: 30 nov. 2020.

CAPÍTULO XVI

CARLOS DE ASSUMPÇÃO: O poeta invisível

Seu Carlos, hoje com 95 anos, nasceu em 23 de maio de 1927, em Tietê, São Paulo, em uma família muito pobre. O avô, patriarca, quem resolvia os problemas da família inteira, não chegou a ser escravizado, pois foi beneficiado pela Lei do Ventre Livre, e era membro da Frente Negra Brasileira.

Figura 16: Carlos de Assumpção



Fonte: Ricardo Benício/Folhapress – <http://www.letas.ufmg.br/literafro/autores/180-carlos-de-assumpcao>

O avô, assim como o pai de seu Carlos, não eram alfabetizados, mas eram verdadeiros *griots*. O avô gostava de reunir a família inteira para contar histórias do tempo da escravidão, falava de toda a resistência dos negros e, antes de dormir, servia chá de limão aos netos. A mãe de seu Carlos era alfabetizada e gostava muito de ler poesias. Em casa, eles não tinham muitos livros, mas a mãe os pegava emprestados da igreja. Ela trabalhava como cozinheira e lavadeira, e ainda achava tempo para ensaiar as crianças de Tietê para as apresentações do Dia 13 de Maio.

Seu Carlos frequentou a escola, formou-se no curso normal e dava aulas para crianças. Mais tarde, mudou-se para Franca, também em São Paulo, onde vive até hoje. Graduou-se em Letras – Português-Francês. Enquanto fazia a graduação, dava 44 horas-aula. Depois, graduou-se em Direito e trabalhou na área penal, onde viu muita injustiça acontecer. Com a poesia, seu Carlos começou aos 14 anos escrevendo para um jornalzinho de Tietê, e chegou a fazer um programa de poesias na estação de rádio.

Uma de suas primeiras poesias foi *Questão de sorte*, que evidencia o racismo na hora da empregabilidade. O poema diz que, por mais inteligente e qualificado que o negro fosse, o contratado sempre será o branco. Ele diz que foi vaiado algumas vezes por causa desse poema, pois é dolorido para a “branquitude” ouvir que um negro possa ser mais inteligente que um branco.

Já o seu poema mais conhecido, *Protesto*, que foi traduzido para o inglês, francês e alemão, foi uma composição do ano de 1956. Esse poema foi declamado em um evento organizado pela Associação Cultural do Negro (ACN) em 1958, pela passagem do 70º aniversário da Abolição da Escravatura no Brasil, no qual ele recebeu o título de personalidade negra.

Entre os seus 20 e 40 anos, participou intensamente das atividades do Movimento Negro Paulistano, com sua poesia engajada, poesia que as pessoas são capazes de entender, segundo ele, como uma denúncia aberta contra o racismo e as opressões sociais. Seu Carlos foi colaborador em algumas revistas. É membro da Academia Francana de Letras e coordenador de um grupo que realiza rodas de poemas em escolas. Está presente em algumas edições da série *Cadernos Negros*. Ganhou em Franca o título de Personalidade do Ano de 1982, ano em que foi lançado seu primeiro livro de poesias, intitulado *Protesto*.

Em 1996, foi homenageado com a Placa de Prata da VII Semana Cornélio Pires, em Tietê, São Paulo. Em 1998, gravou, em companhia do poeta Cuti, o CD de poesias *Quilombo de palavras*. Em 2000, publicou o volume *Quilombo* e, em 2009, a coletânea *Tambores da noite*. Em 13 de maio de 2015, o senador Paulo Paim declama o poema *Protesto* na tribuna do Senado Federal. Em 2019, com roteiro e direção do professor da UFRJ, Alberto Pucheu, grava-se o documentário *Carlos Assumpção: Protesto*. Ademais, em 2020, ele publica com a Companhia das Letras, editora conhecida nacionalmente, o livro *Não pararei de gritar*.

O poeta acredita que partidos políticos não representam ninguém, muito menos os negros, e que a poesia engajada é uma arma para conduzir a um mundo melhor; também acredita ser inspirado pelos orixás para escrever tantas coisas acertadas. Julga que este país não vai para a frente enquanto permanecer o racismo, e que esse sofrimento precisa ter um fim; também compara a reforma da previdência com a Lei dos Sexagenários, quando a expectativa de vida do escravizado era de 35 anos.

Sou eu aquele que plantara / Os canaviais e cafezais / E os regou com suor e sangue /
 Aquele que sustentou / Sobre os ombros negros e fortes / O progresso do País / O que
 sofrera mil torturas / O que chorara inutilmente / O que dera tudo o que tinha / E hoje
 em dia não tem nada... / Eu quero o sol que é de todos / Quero a vida que é de todos /
 Ou alcanço tudo o que eu quero / Ou gritarei a noite inteira... / E nem a morte terá
 força / Para me fazer calar.

(ASSUMPÇÃO, 2000, p. 33-38)

Bibliografia consultada

ALBERTO PUCHEU. **Carlos de Assumpção**: Protesto. YouTube, 2020. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=HQrg4OwL2qM&ab_channel=AlbertoPucheu. Acesso
 em: 18 jan. 2021.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível
 em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o_Cultural_do_Negro. Acesso
 em: 18 jan. 2021.

ASSUMPÇÃO, Carlos de. **Quilombo**. Franca: Edição do Autor/UNESP, 2000.

BABU, Devana. Carlos de Assumpção defende poesia com militância. **Correio Braziliense**,
 28 out. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/10/28/interna_diversao_arte,801230/carlos-de-assumpcao-defende-poesia-com-militancia.shtml. Acesso em: 18 jan. 2021.

DON ANTENA. **Quilombo de Palavras** – Poemas de Cuti e Carlos de Assumpção.
 YouTube, 2019. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=4Gy9srMhDZw&t=331s&ab_channel=DonAntena.
 Acesso em: 18 jan. 2021.

GUIA NEGRO. **Carlos Assumpção faz 93 anos como maior poeta vivo e invisível do Brasil**. 29 maio 2020. Disponível em: <https://guianegro.com.br/carlos-assumpcao-faz-93-anos-como-maior-poeta-vivo-e-invisivel-do-brasil/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

LITERAFRO – O portal da literatura afro-brasileira. **Carlos de Assumpção**. Dados
 biográficos. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/180-carlos-de-assumpcao>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PUCHEU, Alberto. O grito como herança. **Revista Cult**, 03 mar. 2020. Disponível em:
<https://revistacult.uol.com.br/home/o-grito-como-heranca/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CAPÍTULO XVII

LÉLIA GONZALEZ: A mulher fora do lugar

Em 1º de fevereiro de 1935, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, nascia Lélia de Almeida, a décima sétima filha entre dezoito irmãos. Filha de Urcinda Serafim de Almeida, índia, que exercia a profissão de empregada doméstica, e de Acácio Joaquim de Almeida, um ferroviário negro.

Figura 17: Lélia Gonzalez



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%A9lia_Gonzalez

Em 1942, com sete anos, Lélia migra com a mãe e os irmãos para o Rio de Janeiro, onde o irmão Jaime Almeida era jogador de futebol, uma vez que o pai deles já havia falecido. Lélia considerava o irmão como um pai. Na infância, ela já trabalhava como babá dos filhos dos diretores do clube de futebol em que o irmão jogava.

Na Escola Manuel Cícero, Lélia inicia o ensino primário e, na Escola Rivadávia Correia (escola para moças), o ginásio, onde começou a aprender outros idiomas, o que a tornaria, mais tarde, tradutora. No colegial/científico, Lélia estudou no Colégio Pedro II, no qual continuou estudando línguas, e concluiu aos 19 anos. Ela diz que a passagem por esses colégios, considerando o discurso pedagógico brasileiro, foi uma lavagem cerebral que a fez rejeitar sua condição de negra.

Em 1958, Lélia conclui o bacharelado e a licenciatura em História e Geografia e, em 1962, conclui o curso de Filosofia pela Universidade Estadual da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro), numa época em que poucos negros tinham o privilégio de obter um diploma universitário. Na faculdade, na condição de acadêmica e,

depois, na condição de professora, Lélia havia internalizado o embranquecimento, ou seja, a predileção por modelos estéticos brancos e a rejeição de sua negrura e das africanidades.

Como professora, Lélia lecionou filosofia e história em muitos colégios; lecionou nas Faculdades de Filosofia de Campo Grande e exerceu muitos cargos na Universidade Gama Filho e nas Faculdades Integradas Estácio de Sá, chegando à diretora do Departamento de Comunicação. Como tradutora, traduziu do francês para o português três livros empregados no estudo de filosofia em todo o país.

Lélia casou-se com um colega de faculdade chamado Luiz Carlos Gonzalez, homem branco de origem espanhola, cujos pais se opunham ao casamento. É ele quem a questiona sobre a sua falta de identidade consigo mesma. Depois da morte do marido, que se suicidou, e da morte da mãe, Lélia passa a participar de movimentos políticos em plena ditadura, sendo, inclusive, investigada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Ela também faz um mergulho em sua negritude por meio da psicanálise e do candomblé.

Em 1976, Lélia faz o primeiro curso de Cultura Negra no Brasil, na Escola de Artes Visuais do Rio de Janeiro e, nessa mesma época, aproxima-se do movimento negro.

Um dos fundadores do Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo, Candeia, convida Lélia para representar a escola no ato de lançamento do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, em 1978. Ela participa e, no mesmo ano, assume o cargo de diretora executiva, trabalhando intensamente na formação política dos ativistas e na produção de textos para o Jornal do MNU, além de passeatas e atos públicos contra o racismo, tentando aproximar a academia das manifestações e da produção cultural popular.

Lélia afirmava que os negros eram uma maioria silenciada e que a cultura brasileira era uma cultura negra. Ela, inclusive, cunhou o termo “pretoguês”, que agregava gírias e dialetos da língua portuguesa. Também usava, em seus artigos, a forma popular de falar, tinha proximidade com a comunidade LGBTQI+, trabalhou como assessora de Benedita da Silva e, junto de Abdias Nascimento, elaborou teses para os deputados, as quais envolviam a questão racial. Também foi uma das lideranças negras que se empenhou em instituir o dia 20 de novembro, a morte de Zumbi dos Palmares, como o Dia da Consciência Negra, idealizado e liderado pelo poeta Oliveira Silveira.

Lélia fez parte dos movimentos feministas, sendo a primeira coordenadora do Nzinga (rainha angolana) – Coletivo de Mulheres, cujo objetivo era trabalhar com mulheres negras de baixa renda, porém, atingiu mulheres de diferentes posições sociais e movimentos de favelas,

bairros, movimentos negros, etc. Foi uma crítica da posição subalterna da mulher negra na sociedade, e debatia a consciência de gênero e o combate ao machismo, abordando a questão racial no periódico *Mulherio*, na década de 1980. Ela chamava a atenção das mulheres brancas dizendo que as mesmas, de certo modo, também contribuíam com a opressão das mulheres negras.

Lélia fez parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no Encontro Nacional Mulher e Constituinte, em 1986, sendo palestrante da mesa sobre discriminação racial, tendo como objetivo escrever uma carta das mulheres à Assembleia Nacional Constituinte, pedindo a penalização do racismo. Ela viajou militando no movimento negro por vários países da Europa, África e América Latina, e também por todo o Estado brasileiro, onde, ao observar as semelhanças nas manifestações culturais entre as diversas regiões da América, chamou-as de “Amefricanidades”.

“Ela não veio pronta; fez-se, tornou-se. Lélia Almeida saiu do lugar do negro, tornou-se mulher negra, tornou-se Lélia Gonzalez, viajou por lugares negros, pensou, escreveu, falou e disse” (RATTS; RIOS, 2010, p. 156).

Bibliografia consultada

CANAL SAÚDE OFICIAL. **Amefricanidade** – Documentários. YouTube, 22 jun. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s-U2xNwkd_w&ab_channel=CanalSa%C3%BadeOficial. Acesso em: 05 out. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 05 out. 2020.

PENSAR AFRICANAMENTE. **A pensadora é... Lélia Gonzalez**. YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DW1kZ9yzkI8&ab_channel=PensarAfricanamente. Acesso em: 05 out. 2020.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RODRIGUES, Carla. Leiam Lélia Gonzalez. **Revista Cult**, 03 mar. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/leiam-lelia-gonzalez/>. Acesso em: 05 out. 2020.

CAPÍTULO XVIII

WANGARI MUTA MAATHAI: Uma cidadã exemplar

Wangari Maathai, como é conhecida, nasceu em 1º de abril de 1940, na aldeia de Tetu, no Quênia, e aprendeu desde cedo, com sua mãe, a cuidar do meio ambiente. Quando criança, costumava procurar ovos de rã e os colocava em um riacho próximo à sua casa, no qual havia uma árvore frondosa. Sua mãe não deixava cortar um galho sequer dessa árvore, pois acreditava que era a árvore na qual Deus habitava. A menina brincava entre as nascentes dos rios e aprendeu a respeitar a força da natureza.

Figura 18: Wangari Maathai



Fonte: <https://todosnegrosdomundo.com.br/em-1-de-abril-de-1940-nascia-wangari-maathai/>

Estudou em colégios católicos voltados para meninas e, depois que completou seus estudos no Quênia, Wangari recebeu uma bolsa de estudos nos Estados Unidos, proporcionada pelo programa de bolsas de estudo da Kennedy Airlift, organizado pelo pan-africanista Tom Mboya, um dos fundadores da República do Quênia, e pelo senador John Kennedy, que permitiu que muitos jovens africanos estudassem nas faculdades dos EUA.

Em 1964, formou-se em Ciências Biológicas e foi inspirada pelo Movimento dos Direitos Civis daquele país. Em 1966, tornou-se mestra em Ciências, na Universidade de Pittsburgh. Voltando para seu país natal, doutorou-se em anatomia veterinária, pela Universidade de Nairóbi, em 1971. Foi a primeira mulher na África Oriental e Central a receber esse título. Em 1976, tornou-se presidente do Departamento de Anatomia Veterinária da Universidade de Nairóbi, onde assumiu o cargo de professora assistente no ano seguinte.

Como professora universitária, Wangari estava convencida de que a educação teria que ir além da sala de aula. Para ela, era muito importante que a educação fosse ligada ao meio

ambiente, à paz, aos direitos humanos e à erradicação da pobreza. Queria que as mulheres da zona rural, aquelas que não frequentavam a educação formal, pudessem participar das decisões que envolviam suas comunidades.

Em 1977, Wangari criou o Movimento Cinturão Verde, uma organização não governamental (ONG). Em consonância com o Conselho Nacional de Mulheres do Quênia, Wangari fez palestras e seminários nas comunidades, animou as mulheres a expressarem suas preocupações e propôs soluções para os problemas locais.

A partir desse movimento, essas mulheres plantavam árvores (até 2016, o Movimento Cinturão Verde já havia plantado mais de 50 milhões de árvores no Quênia) e refletiam sobre o solo, as bacias hidrográficas e a proteção natural contra a erosão causada pelas águas e ventos. O plantio de árvores também faz com que as mulheres não necessitem percorrer longas distâncias para conseguir lenha. Porém, em 1989, o governo tinha planos de vender parte do Parque Uhuru, em Nairóbi, para a construção de um edifício. Com isso, Wangari lidera um grupo que protesta contra o projeto e consegue que o parque não seja vendido.

Em 1992, o mesmo parque foi palco do movimento de soltura dos presos políticos do Quênia liderado por Wangari, no qual houve violência e assédio policial, mas que, em 1993, obteve resultados. Após muitas críticas nacionais e internacionais, todos os presos políticos foram libertados. O mesmo aconteceu em 1998, quando Wangari descobre que a floresta de Karura, um ecossistema único, havia sido posta à venda por oficiais do governo. Ela, junto com seus parceiros, faz pressão sobre o governo e consegue, mais uma vez, manter a floresta de pé.

Os feitos da professora Wangari Maathai trazem para a ONG dinheiro para reinvestir nas organizações e atenção da mídia nacional e internacional, além de legitimidade política e moral. Em 2002, quando o Quênia voltou a ser uma democracia multipartidária, ela foi eleita membro do parlamento, e atuou como assistente do Ministro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais.

Ao longo de sua vida, escreveu muitos livros e recebeu vários prêmios: em 1993, o Prêmio Nobel Alternativo (Right Livelihood Award) e, em 2004, o mais importante deles, o Prêmio Nobel da Paz, sendo a primeira mulher africana a receber tal honraria, e também a primeira vez que o Comitê do Prêmio faz conexão entre paz, desenvolvimento sustentável e boas práticas de governança. Em 2006, recebeu a mais alta condecoração francesa, Legião de Honra. Porém, em 2011, com 71 anos, veio a falecer vítima de câncer nos ovários.

“Felizmente, tenho uma carapaça dura que me protege. Quanto mais me atacavam e me procuravam ridicularizar, mais forte me tornavam. Eu sabia que tinha a razão do meu lado, e eles não.”

(Wangari Maathai)

“Quando plantamos uma árvore e assistimos ao seu crescimento, algo acontece dentro de nós. Queremos protegê-la e dar-lhe valor.”

(Wangari Maathai)

Bibliografia consultada

FERRARI, Giuliana Caldeira Pires. Wangari Maathai, uma mulher pelo Quênia e pelas árvores. **O Eco**, 14 mar. 2017. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/wangari-maathai-uma-mulher-pelo-quenia/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

TV BRASIL. **Wangari Maathai**: queniana foi a primeira mulher africana a receber o Nobel da Paz. (25min27s.) Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/novaafrica/episodio/wangari-maathai>. Acesso em: 05 jan. 2021.

TV GLOBO. **Mulheres Fantásticas # 10**: Wangari Maathai. YouTube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pu5uSL5w7WA&ab_channel=Globo. Acesso em: 05 jan. 2021.

MATTEO, Giovanna de. Wangari Maathai, a primeira africana a ganhar um Prêmio NOBEL. **Aventuras na História**, 24 nov. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/wangari-maathai-a-primeira-africana-ganhar-um-premio-nobel.phtml>. Acesso em: 05 jan. 2021.

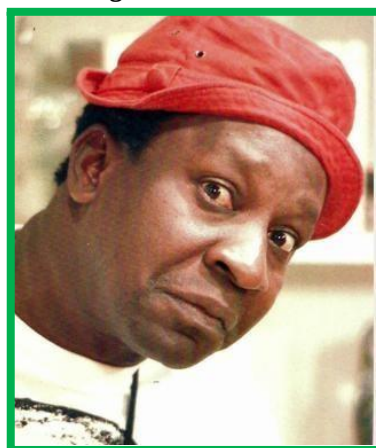
MBUGUA, Sophie. Wangari Maathai: a ambientalista queniana que ganhou o Nobel da Paz. **DW (Deutsche Welle)**, 14 fev. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/wangari-maathai-a-ambientalista-queniana-que-ganhou-o-nobel-da-paz/a-52297058>. Acesso em: 05 jan. 2021.

CAPÍTULO XIX

ANTÔNIO CARLOS BERNARDES GOMES (Mussum): *Cacildis*

Mais conhecido como Mussum, mas também chamado de Carlinhos Reco-Reco ou Carlinhos da Mangueira, Antônio Carlos Bernardes Gomes nasceu no dia 7 de abril de 1941, no Morro da Cachoeirinha, em Lins de Vasconcelos, na zona norte do Rio de Janeiro. Sua mãe, Malvina Bernardes Gomes, era empregada doméstica, uma mulher negra analfabeta que aprendeu a ler e escrever com o filho. Sua irmã se chamava Nancy e tinha dois anos quando ele nasceu.

Figura 19: Mussum



Fonte:

<https://cultura.estadao.com.br/galerias/geral,10-momentos-do-inesquecivel-mussum-que-faria-75-anos,24705>

Na sua época, para as crianças acompanharem a mãe na casa dos patrões, era preciso trabalhar em troca de um prato de comida, picar cebolas, carregar baldes de água ou varrer quintais, desde muito pequenos. Ao final da primeira infância, os meninos eram impedidos de frequentar a casa dos patrões, fase em que Antônio Carlos passa a ficar com as comadres de Malvina e a fazer bicos como engraxate e carregador de sacolas. No tempo livre, ele jogava bola, empinava pipa com os colegas da rua e também gostava de pregar peças nos adultos.

Mesmo na extrema pobreza, dona Malvina sonhava em ver o filho formado em engenharia e coloca, como condição para ele estudar, dedicação, e também que, a cada dia de aula, chegue em casa e ensine a ela as lições aprendidas na escola. Assim, o futuro artista concluiu o primário em 1954 e, logo em seguida, ingressou na Fundação Abrigo Cristo Redentor, um programa educacional criado na Era Vargas para ajudar crianças carentes. A partir daí, o único dia que o menino passa a ver a família é no último domingo de cada mês.

Aos 12 anos, Antônio Carlos passou a frequentar o Instituto Profissional Getúlio Vargas, formando-se mecânico em 1957. Nessa época, passou a trabalhar como ajudante de mecânico durante o dia e, à noite, tocava nos sambas. Em seguida, ingressou na Força Aérea Brasileira, onde ficou por oito anos, alcançando a posição de cabo e fazendo parte do grupo Os Modernos do Samba, realizando *shows* no Copacabana Palace.

Na década de 1960, o grupo foi convidado para uma turnê no México, com um contrato nada modesto, incluindo apresentações em hotéis luxuosos, *shows* em casa de primeira linha, ampla divulgação dos eventos em rádio e televisão, além da participação na produção do filme *Buenas Noches, Ano Nuevo!* Conta-se que sofriam e passavam fome, pois não conheciam a língua nativa. Até descobrirem o que era *ensalada*, pediam “agrijones”; quando queriam batatas fritas, pediam “buatoatas e buatoatiñas fritas” em vez de *papas*.

No entanto, o grupo deixava o público mexicano boquiaberto com suas apresentações, o que lhes rendeu o apelido de *Los Siete Diablos de la Batucada*. Nessa época, Antônio Carlos, com a namorada Leny, estava prestes a ser pai de uma menina e a voltar para casa, quando houve o golpe militar no Brasil destituindo João Goulart da presidência. Leny trabalhava em uma fábrica de bolsas onde houve um acidente, que assustou muito a moça, fazendo-a procurar ajuda médica; porém, devido ao parto de emergência, a filha do casal nasceu sem vida.

Já no Brasil, o grupo mudou o nome para “Os Originais do Samba” e, em meio à repressão, Antônio Carlos vive uma vida dupla, entre os militares de dia e, à noite, com os artistas de esquerda. Em 1965, nasceu Augusto Cezar, filho do artista com Leny. É o mesmo ano de inauguração da TV Globo, e ano em que Antônio Carlos teria iniciado sua carreira de comediante, sendo apelidado de Mussum pelo também comediante Grande Otelo, em alusão ao peixe que possui como característica ser escorregadio, liso (pois, segundo aquele artista, Antônio Carlos sabia sair facilmente de situações embaraçosas).

Em 1972, Mussum passou a fazer parte do programa *Os Trapalhões*, ao lado de Didi e Dedé, que, dois anos depois, passa a contar com Zacarias. Mussum continuava com Os Originais do Samba e também, nos anos de 1980, fez carreira solo como cantor.

O grupo Os Originais do Samba e Jair Rodrigues se apresentaram em diversos clubes e fizeram participações em programas de TV, nas emissoras Tupi, Record e Rede Globo, e também apresentações para emissoras de TV da França, Bélgica e Holanda, além de assinar um contrato para uma turnê francesa, a qual passaria por Mônaco, Nice e região. A essa

altura, Mussum já estava fora da aeronáutica, vivendo apenas do dinheiro dos *shows* para sustentar sua mãe, esposa e filho. Ele assumiu a liderança do grupo e não tolerava atrasos nem faltas, muito menos algum integrante chegando bêbado para os ensaios. Isso lhe rendeu mais um apelido, não conhecido por ele, pois os integrantes do grupo lhe chamavam de diabo pelas costas.

Mussum era muito mulherengo e teve várias namoradas enquanto estava casado com Leny. Depois que o casamento acabou, Mussum namorou Glorinha, de 17 anos, sendo que, em poucos meses, ela foi morar com ele. O romance durou pouco tempo e teve como fruto Paula Aparecida. Em 12 de dezembro de 1971, nasceria Antônio Carlos Oliveira Rocha, filho de Mussum com Therezinha (o garoto só foi chamá-lo de pai aos sete anos de idade). Em 3 de novembro de 1972, Mussum entraria como noivo na igreja para se casar com Neila, sua única esposa de “papel passado”, mulher com quem ele ficou até o fim da vida, tendo um único filho com ela, Sandro. Além desses, Mussum ainda foi pai de Antônio Carlos Santana (o “Mussunzinho”) e do dentista Igor Palhano, cuja paternidade foi confirmada em 2019.

Mussum e seu grupo tiveram sucesso com as canções: *O Assassinato do Camarão* (1970), *A Dona do Primeiro Andar* (1970), *O Lado Direito da Rua Direita* (1972), *Esperança Perdida* (1972), *Saudosa Maloca* (1973) e *Falador Passa Mal* (1973). O grupo ficou conhecido por apresentar coreografias descontraídas e vestir roupas coloridas. Em 1973, Mussum passou a fazer parte do quarteto *Os Trapalhões*, que ficou na televisão por quase 30 anos. O personagem Mussum tinha como principais características palavras terminadas em -is, como exemplo “cacildis” e “forévis”, e o consumo de bebida alcoólica, chamada por ele de “mé”.

Por se tratar de um homem negro, era constantemente alvo de piadas racistas, das quais reagia à altura. Embora no seriado *Os Trapalhões* houvesse piadas racistas, machistas e homofóbicas, não mais aceitas, que estigmatizavam o homem negro carioca, o artista era um dos poucos negros de sucesso presentes na televisão brasileira.

Mussum morreu em 29 de julho de 1994, aos 53 anos, por complicações decorrentes de um transplante de coração. Era flamenguista. Também colaborou com diversos projetos sociais nas décadas de 80 e 90, inclusive com a doação de um consultório odontológico para a Comunidade do Morro da Mangueira, já que Mussum era mangueirense de corpo e alma. Em homenagem ao artista, há uma rua no bairro Morumbi, em São Paulo, chamada Rua

Comediante Mussum. O artista também interpretou Jesus Cristo no filme *Os Trapalhões no Auto da Compadecida*.

Para saber mais sobre sua trajetória, indica-se o livro *Mussum Forévis: Samba, mé e Trapalhões* e também o documentário *Mussum: um filme do cacildis*.

“Teimoso e estabelecidis, eu estou tranqüilis.”

(Mussum)

Bibliografia consultada

14 COISAS que você (ainda) não sabe sobre o Mussum, de “Os Trapalhões”. **NSC Total**, 29 jul. 2014. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/14-coisas-que-voce-ainda-nao-sabe-sobre-o-mussum-de-os-trapalhoes>. Acesso em: 12 maio 2021.

BARRETO, Juliano. **Mussum forévis: Samba, mé e Trapalhões**. São Paulo: Leya, 2014.

FRAZÃO, Dilva. Biografia de Mussum. **e-Biografia**, 2020. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/mussum/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MUSSUM: um filme do cacildis. Direção: Susanna Lira. Produção de Globo Filmes e Canal Brasil, 2019.

NASCIMENTO, Carlos Duarte do. **Entrevista com Mussum, d’Os Trapalhões**. 2008. Disponível em: https://chester.me/wp-content/uploads/2008/01/casseta_popular_47_Out91_entrevista_mussum.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

NASCIMENTO, Cris. Mussum, 80 anos. **Correio do Cidadão**, 2021. Disponível em: <https://www.correiodocidadao.com.br/curta/mussum-80-anos-humorista-faria-aniversario-nesta-quarta-feira-7/>. Acesso em: 12 maio 2021.

PREVIDELLI, Fábio. Saudadis, cacildis: Mussum completaria 80 anos. **Aventuras na História**, 2021. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/saudadis-cacildis-mussum-completaria-80-anos- hoje.phtml>. Acesso em: 12 maio 2021.

CAPÍTULO XX

MARIA DA CONCEIÇÃO EVARISTO DE BRITO: A mulher negra e suas escrevivências

Em Belo Horizonte, no dia 29 de novembro de 1946, nascia a segunda filha de Joana Josefina Evaristo Vitorino, que trabalhava como lavadeira, e de um pai que Conceição Evaristo não conheceu, pois foi criada pelo padrasto, Aníbal Vitorino, que trabalhava como pedreiro. Quando sua mãe se casa com Aníbal, ela tem mais três filhas além de Conceição: Maria Inês Evaristo, Maria Angélica Evaristo e Maria de Lourdes Evaristo. Depois, sua mãe tem mais cinco filhos com o padrasto da menina.

Figura 20: Conceição Evaristo



Fonte: <http://www.lettras.ufmg.br/literafrro/autoras/188-conceicao-evaristo>

Aos sete anos, Conceição Evaristo vai morar com sua tia Maria Filomena da Silva e, aos oito anos, começa a trabalhar como empregada doméstica. Ela também ajudava sua mãe e sua tia na lavagem de roupas e fazia trabalhos domésticos em troca de aulas particulares e livros didáticos, para ela e para os irmãos. Nessa época, a mãe e a tia trabalhavam em casas de escritores mineiros, o que lhe despertou o gosto pela literatura. Ela também lembra que, em sua casa, havia livros e jornais velhos, e que seus familiares eram contadores de histórias.

Aos 11 anos, Conceição passava todo o tempo que podia na biblioteca pública em que sua tia trabalhava como servente. Também lembra que, ao final do curso primário, em 1958, ganhou o seu primeiro prêmio de literatura, vencendo um concurso de redação. Aos 17 anos, ela fazia parte do Movimento Juventude Operária Católica, que tinha por objetivo fazer com que a igreja se comprometesse com a realidade brasileira.

Em 1971, termina o Curso Normal no Instituto de Educação de Minas Gerais. Em 1973, com o auxílio de amigos, Conceição migra para o Rio de Janeiro, concursada como professora primária. Como professora, preocupa-se em incluir questões étnico-raciais em suas aulas. No ano de 1976, iniciou o curso de Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Já em 1980, interrompeu os estudos em função do nascimento de sua filha Aina, e, em 1989, retornou e concluiu a graduação.

Na década de 1980, Conceição participava do Grupo Negrícia: Poesia e Arte de Crioulo, o qual realizou recitais de poemas em favelas, presídios e bibliotecas públicas. Nos anos de 1990, começa a escrever e publicar seus poemas nos Cadernos Negros do grupo Quilombhoje – grupo que reúne escritores afrodescendentes militantes da causa negra. Em 1996, Conceição tornou-se mestra em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afrobrasilidade*. Em 2011, doutorou-se em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos*.

A partir da publicação do seu primeiro romance, *Ponciá Vivência*, Conceição Evaristo passa a ser mais conhecida (o romance é traduzido para o inglês, sendo publicado nos Estados Unidos em 2007). Esse romance trata principalmente da discriminação racial, de gênero e de classe. Em 2006, ela publica seu segundo romance, *Becos da memória*, e depois publica dois contos: *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), seguido por *Olhos d'água* (2014). Este último, finalista do Prêmio Jabuti de contos e crônicas, em 2015. Já em 2016, lançou *Histórias de leves enganos e parecido*. Além de todas essas obras, também escreveu para as coletâneas *Olhos de azeviche: dez escritoras que estão renovando a literatura brasileira* e *Do Índico e do Atlântico: contos brasileiros e moçambicanos*, da editora Malê.

Na Festa Literária Internacional de Paraty, em 2016, Conceição Evaristo protesta por causa da não representatividade de literatos negros na festa, dizendo o seguinte: “O que se percebe é que sempre nos é dada uma cidadania lúdica. Dar visibilidade a cantores e atletas negros é estar no lugar-comum. Queremos ver pessoas negras colocadas como intelectuais, professores, escritores. Essa cidadania lúdica não nos interessa.”

Conceição também se incomoda com o fato de que: “Antes de lerem nossos textos, já fazem um prejulgamento, ou dizem que a autoria negra é uma autoria de militância. Peço muito para as pessoas que não leiam apenas minha biografia, porque ela contamina meu texto, mas por favor leiam meu texto.”

“A nossa ‘escrivência’ não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.” (Conceição Evaristo)

Bibliografia consultada

BRANDINO, Luiza. Conceição Evaristo. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/conceicao-evaristo.htm>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CATRACA LIVRE. ‘**Perdemos o medo de pôr o dedo na ferida**’, diz Conceição Evaristo. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/perdemos-o-medo-de-por-o-dedo-na-ferida-diz-conceicao-evaristo/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

EVARISTO, Conceição. Dados biográficos. Conceição Evaristo por Conceição Evaristo. **Literafro** – O portal da literatura afro-brasileira, 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 16 nov. 2020.

GUIMARÃES, Juca. Conceição Evaristo: “Não leiam só minha biografia. Leiam meus textos”. **BRASIL de Fato**, São Paulo, 20 nov. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/20/conceicao-evaristo-nao-leiam-so-minha-biografia-leiam-meus-textos>. Acesso em: 16 nov. 2020.

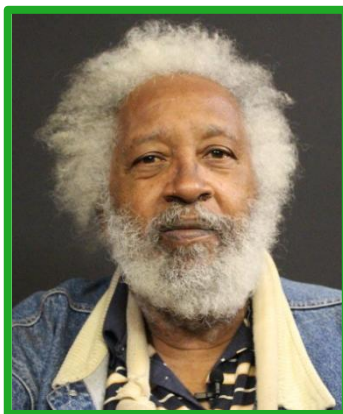
MACHADO, Bárbara Araújo. “Escre(vivência)”: a trajetória de Conceição Evaristo. **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 243-265, jan./jun. 2014. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/8310/ANEXO_II-_ARTIGO_SOBRE_CONCEI_O_EVARISTO_E_A_ESCREVIVENCIA.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

CAPÍTULO XXI

MILTON BARBOSA: Miltão do MNU

Nascido em Ribeirão Preto (SP), em 12 de maio de 1948, aos três anos, mudou-se para o bairro do Bexiga com a família, onde foi criado. Aos seis anos, entrou para a escola particular da professora Ana Rita Santana, uma professora negra de uma família de músicos que tinha muita amizade pela família de Milton, tanto que chegaram a morar por um tempo no porão da escola.

Figura 21: Milton Barbosa



Fonte: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/milton-barbosa/>

Milton não mostrou muito talento para a música, apesar da insistência da professora, pois o garoto gostava de estudar e lia muito. No bairro Bela Vista, frequentava a igreja da Achiropita. Por lá, brincava e gostava de jogar pingue-pongue. Nessa época, ele já percebia que havia uma diferença entre as pessoas, pois as meninas não queriam saber dos meninos negros.

Embora gostasse muito de estudar, houve um tempo em que Milton parou (dos 14 aos 19 anos), retomando os estudos mais tarde, num curso de madureza, curso supletivo da época. Em 1973, ingressou na Universidade de São Paulo (USP), no curso de Economia, instituição onde passou cinco anos, mas não se formou, pois teve maior envolvimento com ações políticas; no início, com o movimento estudantil e, depois, com os movimentos sociais.

Foi trabalhador no metrô de São Paulo, do qual foi demitido duas vezes por ter feito intervenções em defesa de trabalhadores, principalmente dos trabalhadores negros, pois, nessa época, ele criou o núcleo de negros metroviários, tendo iniciado a discussão racial na Central Única dos Trabalhadores(CUT). Ainda na mesma época, passou a ter contato com o jornal

Clarim d'Alvorada da Frente Negra Brasileira, e travava discussões com José Correia Leite, Jayme de Aguiar, Henrique Cunha e Florestan Fernandes. Também participou do Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) e da Escola de Samba Vai-Vai, sendo coordenador da “*Ala do Cala a Boca*”, na qual trabalhava as questões culturais, questões relacionadas à África, realizando um trabalho de conscientização.

Em 1978, organizou com seus companheiros e presidiu o ato público de criação do MNU, na ocasião, nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo. Miltão realizou a leitura da Carta Aberta à População em repúdio à discriminação racial. Estava fundado o MNU, que propunha diversas frentes de ação desde o combate ao racismo.

Em 1982, fez parte do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores (PT) do Estado de São Paulo, no qual foi um dos criadores da primeira Comissão de Negros do PT, o qual depois veio a ser criado em outros estados. Atuou como presidente de honra na Convenção Nacional do Negro, em 1986, em Brasília (DF). Da referida convenção, saíram as propostas de criminalização do racismo e da Resolução nº 68, que garantia o título de posse das terras dos Remanescentes de Quilombos. Participou da marcha do Dia 13 de Maio de 1988, o Centenário da Abolição em São Paulo, e da marcha do Dia 20 de Novembro de 1995, do Tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares em Brasília.

Nos anos de 1990, o MNU e o grupo de *rap* Racionais MC's se aproximam fazendo o MNU chegar a um novo público. Junto com integrantes do Racionais, Milton fez visitas à Fundação CASA, realizando uma campanha contra a violência policial.

Atual coordenador nacional de honra do MNU, Miltão é pai de seis filhos e casado com a educadora social Regina Lucia dos Santos. Ele julga que, nos dias atuais, os partidos de esquerda ainda têm resistência em colocar o racismo como um dos pilares a serem combatidos, e que são os movimentos sociais que têm suprido essa lacuna institucional.

Bibliografia consultada

BARBOSA, Milton. Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar. **Memorial da Resistência de São Paulo**, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Desirée Azevedo em 20/09/2016. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/entrevistas/milton-barbosa/>. Acesso em: 23 set. 2022.

DALLE, Isaías. Miltão, do Movimento Negro Unificado: “Com certeza, vamos avançar”. **Fundação Perseu Abramo**, 2020. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2020/12/29/miltao-do-movimento-negro-unificado-com-certeza-vamos-avancar/>. Acesso em: 23 set. 2022.

D'ANGELO, Helô. Para manter o povo negro vivo. **CULT**, 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/mnu-milton-barbosa-regina-dos-santos/>. Acesso em: 20 set. 2022.

HENRIQUE, Guilherme. Por um bom combate: ao criar o Movimento Negro Unificado, Miltão desafiou a ditadura para a questão racial ir da política ao *rap*. **UOL**, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/milton-barbosa-por-um-bom-combate/#end-card>. Acesso em: 23 set. 2022.

MERCIER, Daniela. O papel da extrema direita é fazer a população oprimida se reestruturar. Nós temos que derrotá-la. **El País Brasil**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-07/o-papel-da-extrema-direita-e-fazer-a-populacao-oprimida-se-reestruturar-nos-temos-que-derrota-la.html>. Acesso em: 25 set. 2022.

CAPÍTULO XXII

APARECIDA SUELI CARNEIRO: A luta em prol da mulher negra

Em 24 de julho de 1950, nascia Aparecida Sueli Carneiro, filha do ferroviário José Horácio Carneiro e da costureira Eva Alves Carneiro, sendo a mais velha de seis irmãos: (Solange, Geraldo, Solimar, Suelaine e Anselmo).

Figura 22: Sueli Carneiro



Fonte:

<https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro-nao-importa-o-tempo-que-sera-necessario-faremos-palmares-de-novo/>

Quando criança, Sueli era muito doente e foi curada com o auxílio de um farmacêutico espírita e pela devoção da mãe em Nossa Senhora Aparecida, que foi homenageada nos nomes das filhas mais novas que Sueli: Aparecida Solange, Aparecida Solimar e Aparecida Suelaine. Durante a infância e adolescência, Sueli Carneiro e os irmãos frequentavam escolas públicas e eram educados no seio familiar para terem consciência racial, pois poderiam sofrer discriminações e precisam responder a essas ofensas.

Em meados da década de 1970, Sueli cursava a faculdade de Filosofia na Universidade de São Paulo, ambiente onde tem contato com lideranças dos movimentos feminista e negro. Lá, conhece Lélia Gonzalez (ícone do movimento negro e feminista) e, a partir daí, iniciando no candomblé, começa a buscar sua identidade de mulher negra.

Em 1980, Sueli ingressa na luta contra o racismo e o sexismo, e participa da fundação do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, ano em que também se forma como bacharela em Filosofia. Em 1983, o governo de São Paulo criou o Conselho Estadual da Condição Feminina, o qual contava com 30 conselheiras e nenhuma representante negra. Assim, Sueli

atuou com liderança, tencionando que, entre as conselheiras, houvesse pelo menos uma representante negra; e logrou êxito.

Em 1988, também participa da fundação do Geledés – Instituto da Mulher Negra, nome africano dedicado ao poder feminino, aos orixás femininos e à ancestralidade, que conta com programas de orientação para mulheres negras quanto à saúde física e mental, onde estas são atendidas, semanalmente, por psicólogos e assistentes sociais. Atua também na área dos direitos humanos, educação, juventude, articulação comunitária etc.

Sueli foi a primeira mulher negra a fazer parte do Conselho Nacional da Condição Feminina em Brasília. Em 1992, ela recebe inúmeras denúncias de racismo e agressão policial, em que as vítimas eram jovens do *rap*, e cria o projeto Rappers, um espaço de denúncia e multiplicação da consciência cidadã para os jovens.

Desde 1999, Sueli Carneiro produziu inúmeros artigos e livros em que expõe como o racismo e o sexismo têm estruturado a sociedade brasileira. É escritora dos livros *Mulher negra: política governamental e a mulher* (1985), *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* (2011) e *Escritos de uma vida* (2018).

Em 2005, Sueli Carneiro concluiu o doutoramento em educação na Universidade de São Paulo – USP. Em 2010, defendeu as cotas raciais para o acesso ao ensino superior no STF como expositora, representando o Instituto da Mulher Negra de São Paulo. Ela é recebedora de prêmios importantes como o Prêmio Direitos Humanos, da República Francesa, em 1998, e o Prêmio Bertha Lutz, em 2003.

“O pessoal da orientação sexual não vai retroceder em suas lutas, as mulheres não vão recuar nas suas agendas; nós não vamos voltar para a senzala. E isso está colocado. Vai ter luta!”
(Sueli Carneiro)

Bibliografia consultada

ALMA PRETA. **Sueli Carneiro**: filósofa, educadora e porta-voz de uma geração. Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/sueli-carneiro-filosofa-educadora-e-porta-voz-de-uma-geracao>. Acesso em: 16 out. 2020.

BORGES, Rosane da Silva. **Sueli Carneiro**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

LOPES, Nei. **Afro Brasil Reluzente**: 100 personalidades notáveis do século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

PORTAL GELEDÉS. **Sueli Carneiro**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro/>. Acesso em: 16 out. 2020.

SANTANA, Bianca. Sobrevivente, testemunha e porta-voz. **Revista Cult**, 09 maio 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/sueli-carneiro-sobrevivente-testemunha-e-porta-voz/>. Acesso em: 16 out. 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Doutora em Filosofia pela USP defende cotas para negros e lembra julgamento em que STF discutiu conceito de raça. **Notícias STF**, 05 mar. 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=121288>. Acesso em: 16 out. 2020.

CAPÍTULO XXIII

LUIZA HELENA DE BAIRROS: *Guerreira brasileira*

Nascida no dia 27 de março de 1953 em Porto Alegre (RS), em um bairro chamado Colônia Africana (nome dado em virtude da concentração de gente negra liberta e livre que ali se estabeleceu nas últimas décadas do século XIX), filha do militar Carlos Silveira de Bairros e da dona de casa Celina Maria de Bairros. Seu irmão Antônio Carlos, mais velho, nasceu em 1949.

Figura 23: Luiza de Bairros



Fonte: <https://fernandapompeu.com.br/luiza-bairros-1953-2016/>

Ainda na infância, Luiza mudou-se com os pais e o irmão para o Menino Deus, um bairro mais valorizado que ficava a uma distância de 4 km da rua em que nascera. No início da década de 1960, estudou no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Em seguida, foi aluna da Escola Estadual Infante Dom Henrique, instituição que a preparou para cursar Administração Pública e de Empresas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na qual se formou em 1975, aos 22 anos de idade (no seu departamento havia somente ela e dois jovens negros).

Em 1979, especializou-se em Planejamento Regional pela Universidade Federal do Ceará. Em meados da década de 1980, fez mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo como tema a participação do negro na força de trabalho na região metropolitana de Salvador entre os anos de 1950 e 1980, indo contra a ideia de que o Brasil era um “paraíso racial”. Ela se doutorou no ano de 1997, em Sociologia, pela Michigan State University.

Durante a faculdade, Luiza integrou o Diretório Acadêmico do seu curso, em pleno regime militar. Em função disso, ela foi para Salvador, no I Encontro Nacional dos Estudantes de Administração (Enead), em julho de 1974, alguns meses antes da fundação do Bloco Afro Ilê Aiyê, que foi muito importante em sua trajetória.

Naquela época de militância estudantil, muitos jovens foram convidados a integrar politicamente a esquerda brasileira; e, embora Luiza já fosse uma militante potente, nunca lhe foi feito convite para fazer parte de nenhum partido. Na juventude, ela frequentava o clube social negro Floresta Aurora de Porto Alegre. Lá existiam, como em muitos outros lugares, os dias de baile para negros e os dias de baile para brancos, até mesmo na sede do Sindicato dos Metalúrgicos.

Em agosto de 1979, ela se mudou para Salvador e iniciou a sua militância no Grupo de Mulheres do MNU. Em 1991, foi eleita como a primeira coordenadora nacional do MNU, permanecendo nessa função até 1994. Trabalhou como professora na Pontifícia Universidade Católica de Salvador (PUC) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Esteve envolvida em pesquisas para o combate ao racismo no Brasil e nas Américas; sempre trabalhou em prol de novos caminhos para as mulheres negras, para a igualdade racial e de gênero.

De 2003 a 2005, trabalhou na implementação do Programa de Combate ao Racismo Institucional para os estados de Pernambuco e Bahia, junto ao Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID). De 2005 a 2007, atuou coordenando o programa de combate ao racismo institucional nas prefeituras de Recife e Salvador. Em agosto de 2008, tomou posse como titular da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Bahia – Sepromi.

Em 2011, participou da conferência das Nações Unidas, relativa à Declaração e ao Programa de Ação de Durban, realizada em Nova York. No mesmo ano, foi convidada pela presidente eleita, Dilma Rousseff, para ser ministra da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir). Nesse cargo, criou o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), cujo objetivo era implementar políticas públicas que proporcionassem à população negra igualdade de oportunidades, bem como instâncias de combate à discriminação e à intolerância. Em sua gestão, foi aprovada a Lei nº 12.711/2012, que garantiu o acesso ao ensino superior para estudantes negros em todo o país por meio das cotas, e a Lei nº 12.990/2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos.

Em 2011, Luiza ganhou a medalha Zumbi dos Palmares, emitida pela Câmara Municipal de Salvador. Em 2013, recebeu o título de Cidadã Baiana, concedido pela Assembleia Legislativa da Bahia. Em 2016, recebeu o Diploma Bertha Lutz, que premia todo ano mulheres e homens que tenham contribuído de modo relevante para a defesa dos direitos da mulher e questões de gênero no Brasil. Foi organizadora de vários livros e escreveu diversos artigos sobre racismo, sexismo e o negro no mercado de trabalho. Um dos seus artigos mais famosos intitula-se *Nossos feminismos revisitados*, publicado em 1995.

A intelectual e militante Luiza Helena de Bairros faleceu em Porto Alegre, no dia 12 de julho de 2016, em decorrência de um câncer no pulmão. Em outubro desse mesmo ano, foi criado o Coletivo Luiza Bairros, para a construção da política permanente de ações afirmativas na UFBA.

Estamos apostando hoje na possibilidade de disputar não mais um espaço dentro de outros projetos para nossas questões, que são tidas como menores. Mas nós estamos apostando na possibilidade de que, através de nossas questões, nós consigamos efetivamente tocar, e tocar muito fundo, nas questões que dizem respeito à sociedade como um todo.

(Luiza Bairros)

Bibliografia consultada

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 458-463, jan. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>. Acesso em: 25 abr. 2022.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Luiza Helena de Bairros**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luiza-helena-de-bairros>. Acesso em: 25 abr. 2022.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MORRE a ex-ministra da igualdade racial Luiza Bairros. **Veja**, 12 jul. 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/politica/morre-a-ex-ministra-da-igualdade-racial-luiza-bairros/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

PINTO, Ana Flávia Magalhães; FREITAS, Felipe da Silva. Luiza Bairros, uma bem lembrada entre nós, 1953-2016. **Afro-Ásia**, [s.l.], v. 0, n. 55, p. 215-276, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/24316/15379>. Acesso em: 25 abr. 2022.

PORTAL GELEDÉS. **Luiza Bairros**. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/tag/luiza-bairros/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

FECHAMENTO DO LIVRO

Este *e-book* teve por objetivo apresentar a biografia de algumas personalidades negras, homens e mulheres, de épocas e profissões variadas, e suas muitas contribuições em diferentes áreas sociais, como: cultura, trabalho, economia, saúde, política, entre outras, reforçando assim os eixos de ciência, tecnologia, trabalho e cultura – eixos da Educação Profissional e Tecnológica. Com estas variadas biografias, pretende-se munir os professores das diversas áreas com possibilidades para trabalhar as relações étnico-raciais dentro de seus componentes curriculares, a partir dos feitos dessas personalidades, e apresentar de maneira positiva as pessoas negras (já que, geralmente, essas pessoas são apresentadas em livros ligadas a sofrimento e humilhação, como é o caso do tráfico de pessoas africanas para serem escravizadas, sem ser mencionado que, desde sempre, as mesmas impuseram resistência ao referido sistema). Em termos de mudança social pela educação integral, reforça-se a relevância de se pensar em projetos temáticos interdisciplinares, para que todos os sujeitos estudantes tenham acesso a uma educação democrática e de qualidade, independentemente da sua origem socioeconômica, étnica e racial.

Sobre as autoras

Autora 1

Cynara de Oliveira Geraldo

E-mail: cynara.geraldo@ifc.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1677-3230>

É uma mulher negra, cisgênero, licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (2013). Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade – PROEJA (2018). Atualmente, é mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), da área de Ensino, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Ministério da Educação, no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Trabalha como Assistente de Alunos no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Araquari, e é membro do NEABI no mesmo *campus*.

Autora 2

Salete Valer

E-mail: salete.valer@ifsc.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9391-3807>

Doutora em Linguística (Psicolinguística Aplicada) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Linguística Teórica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Letras – Português e Literaturas Vernáculas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, *Campus* Florianópolis-Continente, na área de Linguagem e Comunicação, atuando como docente em: Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC); Cursos Técnicos Subsequentes; Cursos Superiores de Tecnologia; e no Mestrado em Educação Profissional em Rede Federal (ProfEPT).